



# ANAIS DO I SEMINÁRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

*O diálogo transdisciplinar e o fortalecimento das políticas  
públicas nos estágios supervisionados*



**PROEX**



**CRP-23**  
Conselho Regional de  
Psicologia do Tocantins  
23ª Região



**PREFEITURA DE  
MIRACEMA-TO**

27 e 28 de junho de 2022  
Miracema do Tocantins



**Universidade Federal do Tocantins**  
**Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários - PROEX**  
**Campus de Miracema do Tocantins**  
**Curso de Psicologia**  
**Conselho Regional de Psicologia do Tocantins –CRP23**  
**Prefeitura Municipal de Miracema - TO**

**Anais do I Seminário de Estágio Supervisionado em  
Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT):  
O diálogo transdisciplinar e o fortalecimento das  
políticas públicas nos estágios supervisionados**

Coordenação Geral  
Ricardo Monteiro Guedes de Almeida

27 a 28 de junho de 2022

Miracema do Tocantins – TO  
2022



**PROEX**



**CRP-23**  
Conselho Regional de  
Psicologia do Tocantins  
23ª Região



**PREFEITURA DE  
MIRACEMA-TO**

Copyright © 2022 - Universidade Federal do Tocantins

[www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br)  
<http://www.uft.edu.br/psicologia>

Campus de Miracema  
Curso de Psicologia  
Rodovia TO-342, saída para Miranorte  
Campus Cerrado, Prédio 3P, 2º piso, sala 36  
77.650-000 | Miracema/TO



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins - SISBIB**

---

F981a Fundação Universidade Federal do Tocantins  
Anais do I Seminário de Estágio Supervisionado em Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT): o diálogo transdisciplinar e o fortalecimento das políticas públicas nos estágios supervisionados, 27 a 28 de junho de 2022. [Livro eletrônico]. / Coordenação Geral: Ricardo Monteiro Guedes de Almeida. – Miracema do Tocantins, TO: UFT/PROEX/Curso de Psicologia, 2022.  
96 p.:il. color.

ISBN: 978-65-00-57572-9

1. Estágio supervisionado - Seminário. 2. Ensino superior - Psicologia. 3. Estágio - saberes e práticas. 4. Comunidade e universidade. I. Título.

**CDD 158**

---

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.**

**Anais do I Seminário de Estágio Supervisionado em Psicologia da UFT: O diálogo transdisciplinar e o fortalecimento das políticas públicas nos estágios supervisionados**

27 e 28 de junho de 2022  
Curso de Psicologia – Campus Miracema/UFT

**[Organização do Seminário]**

Coordenação  
**Prof. Ricardo Monteiro Guedes de Almeida**

**Comissão de Organização**

Jamile Luz Morais Monteiro  
Daniele Vasco Santos  
Juliana Biazze Feitosa  
Matheus Nascimento Santos  
João Roberto Abreu  
Elisa Alves Borba  
Amanda Cecília Correia e Silva  
Larissa Romão de Carvalho  
Wysney Pereira Rocha  
Isabela Ferreira Valadares  
Mateus Araújo de Oliveira  
Auriene Rodrigues Santos  
Kesia Kauane Pereira Santos  
Paula Alves Tavares  
Glória Maria Vasconcelos Araújo  
Millena Barbosa Menezes  
Heitor Silva Magalhães  
Maria Luiza Kuhnen Kós Araújo  
Lucas Salazar Borges Lira  
Laiane Guajajra Soares  
Aline Silva Sousa

**Comitê Científico**

Ricardo Monteiro Guedes de Almeida  
Jamile Luz Morais Monteiro

Daniele Vasco Santos  
Juliana Biazze Feitosa  
Carlos Mendes Rosa  
Eloy San Carlo Máximo Sampaio

**Apoio**

Pró-Reitoria de Extensão da UFT  
Conselho Regional de Psicologia (23<sup>a</sup> Região)  
Prefeitura de Miracema do Tocantins

**[Organização dos Anais]**

**Coordenação**

Ricardo Monteiro Guedes de Almeida  
Jamile Luz Morais Monteiro

**Revisão e Diagramação**

Wysney Pereira Rocha

**Logotipo da Capa**

Sara Santos Dias

**Tiragem**

Eletrônica (e-book)

**[Campus Miracema - Universidade Federal do Tocantins]**

**Diretora**

Kalina Ligia Almeida de Brito Andrade

**Vice-Diretor**

João Nunes da Silva

**{Curso de Psicologia da UFT}**

**Coordenador**

Ladislau Ribeiro do Nascimento

**Coordenador Substituto**

Eloy San Carlo Máximo Sampaio

1ª Edição. Miracema, 2022

# SUMÁRIO

<b>EIXO 1: SAÚDE COLETIVA.....</b>	<b>2</b>
<b>A articulação dos serviços de saúde mental em um município do Tocantins ...</b>	<b>3</b>
Amanda Cecília Correia Silva (UFT); Elisa Alves Borba Isabela Ferreira Valadares (UFT); Larissa Romão de Carvalho (UFT); Ricardo Monteiro Guedes Almeida (UFT)	
<b>A Psicologia no controle ao tabagismo na atenção primária à saúde .....</b>	<b>10</b>
Heric Ribeiro de Alarcão (UFT) Karina Rodrigues de Sousa (UFT) Luana de Carvalho Ribeiro (UFT) Jamile Luz Morais Monteiro (UFT)	
<b>O autocuidado como componente terapêutico: um relato de experiência no caps .....</b>	<b>17</b>
Amanda Cecília Correia Silva (UFT); Elisa Alves Borba Isabela Ferreira Valadares (UFT); Larissa Romão de Carvalho (UFT); Ricardo Monteiro Guedes Almeida (UFT)	
<b>A atuação da Psicologia na atenção primária à saúde .....</b>	<b>23</b>
Heitor Silva Magalhães (UFT) Midiã Kemellyn Barros Ribeiro (UFT) Thamyres Ferreira Conceição (UFT) Jamile Luz Morais Monteiro (UFT)	
<b>EIXO 2: PROCESSOS EDUCACIONAIS .....</b>	<b>29</b>
<b>“Chá das emoções”: uma experiência de acolhimento no cotidiano escolar no retorno do ensino presencial.....</b>	<b>30</b>
Auriene Rodrigues Santos (UFT) Bhruna Kesya Jorge de Moraes (UFT) Gabriel Toshio Acácio Ogawa (UFT) Karoline da Costa Guimarães (UFT) Daniele Vasco Santos (UFT)	
<b>Plantão psicológico em contexto escolar: relato de uma experiência .....</b>	<b>36</b>
Jayana Milhomem de Souza (UFT) Amoriara Milhomem Francisca de Oliveira (UFT) Yasmin Coelho dos Santos Parreão (UFT) Ladislau Ribeiro do Nascimento (UFT)	
<b>Psicologia e educação de jovens e adultos em diálogo e interação .....</b>	<b>43</b>
Lívia Ferreira Furtado (UFT) Luana Bogo Monteiro da Silva (UFT) Maria Luiza Kuhnen Kós Araújo (UFT) Mirian Carneiro Brito (UFT) Ladislau Ribeiro do Nascimento (UFT)	

<b>Contribuições da Psicologia Escolar e Educacional no retorno às aulas presenciais na educação infantil.....</b>	<b>50</b>
Millena Barbosa Menezes (UFT)	
Késia Kauane Pereira Santos (UFT)	
Daniele Vasco Santos (UFT)	
<b>Pandemia e o retorno presencial às aulas: uma experiência em Psicologia Escolar e Educacional.....</b>	<b>61</b>
Débora da Gama Matos (UFT)	
Mateus Araujo de Oliveira (UFT)	
Daniele Vasco Santos (UFT)	
<b>A psicologia escolar e educacional e os efeitos da pandemia da covid-19 no âmbito escolar.....</b>	<b>69</b>
Isabela Gomes de Oliveira (UFT)	
Paula Alves Tavares (UFT)	
Daniele Vasco Santos (UFT)	
<b>Episódios antirracistas cotidianos: uma experiência de intervenção entre o ensino e a extensão universitária.....</b>	<b>76</b>
Sibelle Ferreira Souza Couto (UFT)	
Daniele Vasco Santos (UFT)	
<b>EIXO 3: ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>81</b>
<b>Trabalho com famílias e no território: experiências de estágio em Psicologia</b>	<b>82</b>
Adriana Luzimar da Silva Leite	
Eryka Maria Bispo Ramalho	
Julia Ruffo Aires de Sena	
Lara Caroline Rodrigues Leite	
Juliana Biazze Feitosa	
<b>A psicologia no enfrentamento ao trabalho infantil: relato de estágio supervisionado no CRAS em Miracema/TO.....</b>	<b>88</b>
Amanda Gomes Rocha (UFT)	
Darlene Ferreira dos Santos (UFT)	
Ana Cristina Serafim da Silva (UFT)	

## APRESENTAÇÃO

**Ricardo Monteiro Guedes de Almeida**

*Professor Adjunto do Curso de Psicologia – UFT/Campus Miracema*

*Coordenador de Estágio*

*Miracema do Tocantins, outubro de 2022*

É com satisfação que comunicamos a publicação dos Anais do I Seminário de Estágio Supervisionado em Psicologia (I SESPSI). A primeira edição do SEPSI, foi realizada nos dias 27 e 28 de junho de 2022, na Unidade Cerrado do Campus de Miracema e teve como tema “O diálogo transdisciplinar e o fortalecimento das políticas públicas nos estágios supervisionados”. O Evento colocou-se como um espaço necessário de integração estudantil e socialização de experiências, fundamentado na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Foram apresentadas diferentes experiências de estágio, considerando os seguintes eixos temáticos: Saúde Coletiva, Processos Educacionais e Assistência Social.

Por fim, agradeço à Direção de Campus, professora Dra. Kalina Ligia Almeida de Brito Andrade, à Coordenação de Planejamento de Administração, à Coordenação do Curso de Psicologia, professor Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento, à Pró-reitoria de Extensão, à Prefeitura de Miracema do Tocantins e ao Conselho Regional de Psicologia (CRP/23). Agradeço, especialmente, aos membros da Comissão Docente e Discente, que tornaram possíveis tanto a organização do evento quanto à publicação desses Anais: Dra. Jamile Luz Morais Monteiro, Dra. Daniele Vasco Santos e Dra. Juliana Biazze Feitosa, Matheus Nascimento Santos, João Roberto Abreu, Elisa Alves Borba, Amanda Cecília Correia e Silva, Larissa Romão de Carvalho, Wysney Pereira Rocha, Isabela Ferreira Valadares, Mateus Araújo de Oliveira, Auriene Rodrigues Santos, Kesia Kauane Pereira Santos, Paula Alves Tavares, Glória Maria Vasconcelos Araújo, Millena Barbosa Menezes, Heitor Silva Magalhães, Maria Luiza Kuhnen Kós Araújo, Lucas Salazar Borges Lira, Laiane Guajajra Soares e Aline Silva Sousa.

**EIXO 1:**  
**SAÚDE COLETIVA**



## A ARTICULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL EM UM MUNICÍPIO DO TOCANTINS

Amanda Cecília Correia Silva (UFT)

[amanda.cecilia@mail.uft.edu.br](mailto:amanda.cecilia@mail.uft.edu.br)

Elisa Alves Borba (UFT)

[elisa.alves@mail.uft.edu.br](mailto:elisa.alves@mail.uft.edu.br)

Isabela Ferreira Valadares (UFT)

[isabelafv9@mail.uft.edu.br](mailto:isabelafv9@mail.uft.edu.br)

Larissa Romão de Carvalho (UFT)

[larissa.romao@mail.uft.edu.br](mailto:larissa.romao@mail.uft.edu.br)

Ricardo Monteiro Guedes Almeida (UFT)

[ricardo.almeida@mail.uft.edu.br](mailto:ricardo.almeida@mail.uft.edu.br)

**Resumo:** Este trabalho surgiu a partir de uma experiência de estágio em psicologia, realizado em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e tem como objetivo principal descrever como se dá a articulação entre esse serviço e os demais dispositivos que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de um município do Tocantins. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, que busca identificar a estrutura e composição da RAPS no município, apontando os critérios de inserção dos(as) usuários(as) nos diferentes dispositivos da Rede de saúde, de modo a garantir a continuidade e integralidade do cuidado ao usuário. O método para a coleta de dados foram os registros feitos pelas estagiárias através dos diários de campo. Os resultados apresentam os desafios e as (im)possibilidades no cotidiano da Rede, especialmente no que diz respeito às dificuldades de articulação entre os serviços. Em contrapartida, observou-se um empenho dos profissionais no sentido de compreender o(a) usuário(a) em sua integralidade a partir dos instrumentos disponíveis, demonstrando seus esforços na adaptação de sua prática para atender à crescente demanda da população.

**Palavras-chave:** RAPS; articulação; integralidade.

### INTRODUÇÃO

Os debates acerca da loucura e saúde mental no Brasil estão atrelados a processos de exclusão e movimentos pela garantia de direitos e políticas públicas de caráter humanitário visando amparar o sujeito mediante suas necessidades biopsicossociais. O primeiro, por meio do aprisionamento de corpos em instituições totais denominadas de manicômios. O segundo, devido a aspectos históricos, políticos e sociais (Hirdes, 2009), onde se pode citar a redemocratização do país após 20 anos de ditadura militar, manifestações da sociedade civil, internos, familiares,

universitários e profissionais da saúde com vistas a denunciar um modelo de cuidado ligado à precarização, punição e moralidade.

O cuidado com os sujeitos com transtornos mentais começa então a ganhar visibilidade nos diferentes espaços, como a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, marco da Reforma Sanitária, onde o sistema nacional de saúde é reestruturado, resultando no Sistema Único de Saúde (SUS) e também a assinatura do Brasil na Declaração de Caracas (1990). Gradualmente, os direitos das pessoas com transtornos mentais passam a ser garantidos e o tratamento direcionado a um modelo assistencial de caráter aberto e comunitário, para além dos muros, o que ficou conhecido como Reforma Psiquiátrica.

Um outro ponto importante foi a instauração da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em 2011, que de acordo com Amarante e Nunes (2018) viabiliza uma nova dimensão dos conjuntos das ações em saúde mental no SUS, sendo assim, busca e organiza uma rede de cuidados a fim de amparar o sujeito a depender de sua necessidade, seja no âmbito primário, secundário ou terciário, por meio da garantia de articulação dos pontos de atenção da rede.

A partir disso, têm-se a concepção de um sujeito histórico, social e biológico que deve ser amparado em sua integralidade, considerando suas vontades e necessidades e, para isso, é necessária uma equipe multiprofissional que trabalhe de forma conjunta objetivando a construção de um componente terapêutico eficaz e resolutiva, sem descontextualizá-los de suas narrativas. Constituindo-se assim a ideia de clínica ampliada (Brasil, 2009), um novo modo de se fazer saúde para além da clínica tradicional centrada na figura médica, mas a partir do qual os coletivos/ equipes se articulam entre serviços e comunidade a partir da elaboração de ações e compartilhamento de saberes para garantir uma atenção à saúde integral, resolutiva e humanizada, objetivando potencializar no(a) usuário(a) a sua autonomia e protagonismo enquanto sujeito (Schveitzer, Esper & Silva, 2012).

Dessa forma, é imprescindível para o profissional de psicologia conhecer os equipamentos que compõem a rede de saúde do município onde atua, a fim de exercer uma prática responsável visando atender as necessidades do(a) usuário(a) ao articular os serviços disponíveis junto à uma equipe multidisciplinar. Mediante essa relevância, o presente trabalho constitui-se a partir de um relato de experiência de

estágio supervisionado em Psicologia, realizado em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Miracema do Tocantins, onde foi possível conhecer os serviços ofertados pela instituição e os equipamentos aos quais se vinculam. Portanto esse trabalho tem como objetivo principal descrever como se dá a articulação entre esse serviço e os demais dispositivos que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

## **MÉTODO**

O trabalho foi construído a partir do Diário de Campo das estagiárias, elaborados a partir da observação do cotidiano do CAPS de Miracema do Tocantins, relatos da supervisora de campo. Pôde-se perceber na prática como se dá a articulação entre os serviços que prestam assistência à saúde mental no município, o diálogo entre os profissionais, além dos desafios enfrentados.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) nasce no Brasil visando a contínua desconstrução dos modelos manicomiais, integrando e articulando os serviços em uma rede de cuidado em saúde mental, segundo a portaria Nº 3.088 de 2011 que Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), os dispositivos que compõem a RAPS estão integrados à atenção básica de saúde como as unidades básicas de saúde (UBS), Núcleo de Apoio a saúde da família (NASF), consultórios de rua, centros de convivência e cultura, e a atenção residencial de caráter transitório. Conta também com serviços voltados à atenção especializada sendo estes os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em suas diferentes modalidades, como também atenção de urgência e emergência, atenção hospitalar que deve contar com leitos de atenção integral e enfermaria especializada, entre outros instrumentos.

A porta de entrada para os diferentes serviços de saúde compreende a atenção primária, sendo esta constituída pelas Unidades Básicas de Saúde, Estratégia Saúde da Família (ESF) pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Os atendimentos são voltados para a população de forma geral, sendo realizados por uma equipe

multiprofissional, abrangendo serviços dirigidos à promoção e proteção, a prevenção de agravos, a redução de danos e a manutenção da saúde. No município em questão, são distribuídas nos diferentes pontos da região oito Unidades Básicas de Saúde (UBS), sendo duas localizadas na zona rural.

A equipe da ESF que atende na Unidade Básica de Saúde é composta por médico, enfermeiro, dentista, técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde, são profissionais generalistas ou especialistas com enfoque na Saúde da Família. No entanto, quando o(a) usuário(a) necessita de atendimentos oriundos de outras áreas da saúde, o NASF vem para contemplar essas demandas de modo a atuar de maneira integrada no apoio às equipes, ampliando os serviços oferecidos, para atender as necessidades da população e fortalecer serviços comunitários. Entre os profissionais que compõem o NASF estão o psicólogo, assistente social, educador físico e nutricionista.

Os atendimentos pela psicologia são realizados a partir do encaminhamento dos profissionais da Unidade, não sendo necessariamente pelo médico ou enfermeiro. Quanto aos usuários do serviço, são atendidas crianças a partir dos 7 anos, adolescentes, adultos e idosos. O recorte de idade acontece por não possuir instrumentos lúdicos para trabalhar com crianças menores. São oferecidos no máximo cinco atendimentos individuais ao usuário, pois é necessário haver rotatividade e não prolongar a fila de espera, tendo como prioridade os trabalhos em grupo, além do mais, serviços ambulatoriais são ofertados na Policlínica, equipamento que faz parte da Rede de Saúde Mental.

Deve ser reforçado com o usuário a questão de horário, para que não chegue atrasado e assim prejudique os outros atendimentos agendados, assim como em relação às faltas, caso ocorra duas vezes sem o aviso prévio o usuário retorna para o final da fila de espera. As demandas atendidas pela psicologia na Atenção Básica compreendem ansiedade moderada, depressão moderada, luto, avaliação para realização de bariátrica, vasectomia e laqueadura. Quando o usuário apresenta alguma dessas queixas de forma generalizada, ideação suicida e transtorno de personalidade, são feitos os encaminhamentos.

Os encaminhamentos podem ser realizados para a policlínica ou CAPS, a depender da demanda. A Policlínica é um ambiente onde diversos serviços de saúde

são disponibilizados, tais como: serviços de psicologia, psiquiatria, fisioterapia e atualização vacinal. Caracteriza-se como atenção secundária, sob formato de clínica ambulatorial. Portanto, é responsável por sujeitos que possuem sua rotina alterada devido a esse sofrimento. Na área da psicologia, recebe pacientes que apresentam ansiedade generalizada, Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e Transtorno Bipolar.

Além dos dispositivos já citados, a rede do município também conta com um centro de convivência onde devem ser oferecidos à população em geral espaços de sociabilidade, produção e intervenção, sendo estratégicos para a inclusão social dos usuários. Atualmente o Centro realiza atividades com grupos de idosos e crianças.

Ainda se tratando da Rede de Atenção Psicossocial, tem-se os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que são lugares de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida (Brasil, 2004).

A modalidade do CAPS do município do Tocantins, no qual foi realizado o estágio, é o CAPS I, que é a indicada para municípios com população acima de 15 mil habitantes, este está em funcionamento desde agosto de 2014. O serviço atende pessoas de todas as faixas etárias que apresentam transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida (Brasil, 2015). Atualmente são ofertados atendimentos voltados ao atendimento individual, visitas domiciliares, atendimento à família, dispensação e aplicação de medicação.

Além disso, todos os casos em que o sujeito apresentar práticas de automutilação, ou pensamentos e tentativas de suicídio, estes devem ser admitidos no serviço. O modo de acesso é por meio de portas abertas e demanda espontânea, quando o usuário procura diretamente o serviço, ou por encaminhamentos de qualquer serviço de saúde. Além dos usuários atendidos, os familiares também recebem suporte por parte da equipe multiprofissional.

A equipe multiprofissional do CAPS do município conta com diferentes técnicos de nível superior e de nível médio, sendo composta por um médico psiquiatra, um

enfermeiro, um psicólogo, um assistente social, um farmacêutico, um técnico de enfermagem, um técnico administrativo, um zelador, dois vigilantes e um motorista.

Assim que o usuário chega ao serviço, são realizados o acolhimento e a escuta, esse primeiro contato tem por objetivo compreender a situação, de forma mais abrangente possível, para a partir disso construir de forma conjunta, uma estratégia ou um projeto terapêutico para cada usuário. Nos casos em que a pessoa não queira ou não possa ser beneficiada com o trabalho oferecido pelo CAPS, esta deverá ser encaminhada para outro serviço de saúde mais adequado para sua necessidade (Brasil, 2004).

Os serviços oferecidos no CAPS articulam o cuidado clínico com programas de reabilitação social, dentre as atividades desenvolvidas estão a psicoterapia individual ou em grupo, oficinas terapêuticas, atividades comunitárias, atividades artísticas, orientação e acompanhamento do uso de medicação, atendimento domiciliar e aos familiares (Brasil, 2004). Porém, no CAPS, adotado como campo de estágio, as atividades desenvolvidas em grupo foram interrompidas durante o período pandêmico. Até o término do estágio, em junho de 2022, as oficinas estão sendo realizadas de forma pontual, sem a frequência que é esperada em um serviço CAPS.

A articulação entre as diferentes instituições que compõem a rede de saúde mental do município se dá através da comunicação entre equipes, como matriciamento e encaminhamentos dos usuários a depender de sua demanda e o perfil que a instituição atende. Também foi possível notar que os profissionais trocam informações por diferentes canais de comunicação. No entanto, ainda existem muitos desafios que atravessam a articulação da Rede, uma vez que há casos de usuários que ficam transitando de um dispositivo para outro devido a encaminhamentos inadequados, o que se dá em consequência de dificuldades advindas de uma estrutura operacional tornada precária. Em contrapartida, observou-se um empenho dos profissionais no sentido de compreender o usuário em sua integralidade a partir dos recursos disponíveis, demonstrando seus esforços na adaptação de sua prática para atender à crescente demanda da população e o fazer criativo para contornar os obstáculos.

A partir da experiência descrita, foi possível compreender a prática da psicologia nos diferentes níveis de atenção à saúde, junto a uma equipe

multidisciplinar e seus desafios nas políticas públicas, como a falta de instrumentos para os atendimentos e o fazer criativo para contornar os obstáculos.

Frisa-se que esses locais são campos de estágio do curso de Psicologia, dessa forma, ouvir os relatos profissionais dos supervisores auxilia o estudante/estagiário em conhecer seu funcionamento, intervir com segurança e de forma eficaz nas unidades concedentes, de forma a contribuir com o usuário e saúde do município.

## REFERÊNCIAS

- Amarante, P., Nunes, M. O. (2018). A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], 23 (6). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018>
- Brasil. Ministério da Saúde. (2004). Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial / *Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2009). Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS*. Clínica ampliada e compartilhada /Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2015). Centros de Atenção Psicossocial e Unidade de acolhimento como Lugares da Atenção Psicossocial nos Territórios. *Ministério da Saúde*, Brasília-DF.
- Declaração De Caracas. (1990). *Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e Organização Mundial de Saúde*.
- Scheveitzer, M. C., Esper, M. V., & Silva, M. J. P. (2012). Práticas integrativas e complementares na atenção primária em saúde: em busca da humanização do cuidado. Recuperado de: [Vista do Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária em Saúde: em busca da humanização do cuidado \(emnuvens.com.br\)](http://emnuvens.com.br). Acesso em: 04/06/2022.
- Hirdes, Alice. (2009). *A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1): 297-305.

## A PSICOLOGIA NO CONTROLE AO TABAGISMO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Heric Ribeiro de Alarcão (UFT)

[heric.alarcao@mail.uft.edu.br](mailto:heric.alarcao@mail.uft.edu.br)

Karina Rodrigues de Sousa (UFT)

[karina.rodrigues@mail.uft.edu.br](mailto:karina.rodrigues@mail.uft.edu.br)

Luana de Carvalho Ribeiro (UFT)

[ribeiro.luana@mail.uft.edu.br](mailto:ribeiro.luana@mail.uft.edu.br)

Dra. Jamile Luz Morais Monteiro (UFT)

[jamile@mail.uft.edu.br](mailto:jamile@mail.uft.edu.br)

**Resumo:** Este trabalho visa apresentar como funciona a operacionalização do Programa Nacional de Controle ao Tabagismo e Outros Fatores de Risco Relacionados ao Câncer (PNCTOFR) no âmbito da Atenção Primária à Saúde, em um município do Tocantins, abordando, pela via de estudo descritivo e do diário de campo, como a Psicologia pode contribuir para estimular o abandono do fumo entre seus dependentes. Neste sentido, pretende-se relatar a experiência de acompanhamento deste grupo em uma Unidade Básica de Saúde do município, de forma a discutir o papel da psicologia nas ações de educação e conscientização em saúde, na direção de prevenir doenças e agravos provocados pelo uso do tabaco. De acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (APA), o tabagismo é um transtorno crônico, recorrente, fazendo com que a maioria dos fumantes precise de cinco a sete tentativas até conseguir parar definitivamente de fumar. A psicologia se mostra importante nesse processo, pois os(as) fumantes manifestam afetos, ansiedade e expectativas que obstaculizam a cessação do hábito de fumar.

**Palavras-chave:** tabagismo; atenção primária à saúde; psicologia.

### INTRODUÇÃO

O tabagismo causa efeitos prejudiciais à saúde em seu aspecto global, atingindo, assim, dimensões biológicas, psicológicas e sociais. No Brasil, o Instituto Nacional de Câncer (INCA), a fim de atender a população usuária de tabaco e amenizar seus malefícios, iniciou o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT), uma perspectiva interdisciplinar para articular a rede do SUS nos estados e municípios do país (INCA, 2022). Foi no contexto do referido programa que se desenrolou a Disciplina de Estágio de núcleo comum I, em uma Unidade Básica de Saúde de um município do Tocantins. Com este trabalho, apresentamos um relato de experiência de estágio no âmbito do Curso de Psicologia da Universidade Federal do



Tocantins (UFT), visando apresentar as vivências dos(as) alunos(as), os quais, por um mês, acompanharam um grupo de tabagismo, onde PNCT é ofertado.

A UBS em questão trabalha com grupos de tabagismo há cerca de dez anos. Atualmente, uma enfermeira coordena os encontros grupais com o público-alvo e, com a ajuda de uma odontóloga, oferece as intervenções em grupo. Além delas, ao longo dos encontros, há também participação de outros profissionais, como assim mesmo o programa recomenda. Então, semanalmente, era feito um rodízio de profissionais de diferentes áreas da saúde: psicólogos, educadores físicos, nutricionistas e enfermeiras. Por ser um fenômeno multifatorial, a psicologia se mostra importante nesse processo, especialmente porque os(as) usuários(as) manifestam afetos, ansiedade e expectativas que obstaculizam a cessação do hábito de fumar.

Em cada UBS do município existem formulários de caracterização para aqueles(as) usuários(as) que demandam pelo programa. Após o preenchimento, os(as) interessados(as) são direcionados(as) para a Unidade Básica, onde passam por uma nova avaliação e, sendo aceitos(as), podem participar dos grupos, que ocorre na mesma Unidade Básica de Saúde.

Todos os meses são formados novos grupos. A escolha dos(as) integrantes é feita por ordem de procura pelo serviço, mas em casos especiais, como de membros da mesma família ou casal, a coordenadora os coloca num mesmo grupo, sendo mais um fator positivo para reduzir o consumo de tabaco, visto que esse vínculo próximo aumenta o compromisso dos pares. Em caso de emergência, como usuários(as) com risco de cirrose e infarto, geralmente encaminhados ao programa por médicos da região, a coordenadora considera importante seu acolhimento de imediato, podendo participar de um grupo já em andamento.

Formado o grupo, a configuração dos encontros é planejada da seguinte maneira: no primeiro mês, encontros semanais; no segundo, quinzenais; e, a partir do terceiro, apenas um encontro. O tratamento tem duração de um ano e conta com acompanhamento de enfermeiras e agentes comunitários que visitam os(as) usuários(as) em suas casas. Entretanto, os primeiros três meses do projeto são especiais, pois é nesse período que os(as) participantes comparecem aos grupos e recebem medicação. No terceiro mês, recebem uma quantidade que dura por mais um mês - porém, se sentirem necessidade, podem continuar recebendo até finalizar

o ano. A medicação dada é um adesivo de nicotina, mas, se necessário, o participante pode receber outro apoio medicamentoso, como aconteceu em uma das fumantes que acompanhamos.

Antes de todos os encontros, os(as) participantes passam por uma avaliação inicial. Toda a dinâmica começa com perguntas facilitadoras sobre como passaram a semana, especificamente se houve ou não uso de nicotina. Como é de se esperar, com o tempo, a conversa perpassa âmbitos da vida dos(as) usuários(as) que vão além do simples ato de fumar e foi esse fenômeno grupal o objeto principal de observação e intervenção dos(as) estagiários(as).

Em geral, um grupo é um conjunto de pessoas com o mesmo objetivo e que possuem vínculo entre si. Ele não é um simples agrupamento, como pessoas num ponto de ônibus ou fila de espera, pois, diferente dessa configuração, num grupo existe vínculo afetivo, proveniente de uma situação relacional em que ocorre uma experiência emocional (Zimmerman, 2000). Esse vínculo pode ter um teor inconsciente também, como as fantasias, mitos e lendas que todos compartilhamos na cultura. Por isso, na literatura psicanalítica, temos vários motivos para pensar que o grupo faz a substituição do ego fragilizado para o ego do grupo, mais fortalecido. É como se o “Eu”, em um grupo, tornasse múltiplo, plural. Dessa forma, Ávila (2009) entende que a troca intrapsíquica de afetos entre os dois personagens é a internalização do outro dentro do Eu, forjando uma relação e junção inevitável eu-outro, em que parte do outro vive em mim. Assim, com o outro em mim, a pessoa pode ter uma perspectiva até então não vivida nem sentida por ela, ou seja, ter uma experiência transformadora.

Isso pode nos ajudar a explicar os benefícios do trabalho em grupo, principalmente no âmbito de saúde coletiva, por conta da quantidade de usuários(as). Dentre os benefícios, podemos citar dois que estão intimamente correlacionados: a possibilidade do compartilhamento de experiências, facilitando a aprendizagem - mais potente do que insistir em uma abordagem pontual e individual; e a criação de um espaço onde os sujeitos possam desenvolver habilidades úteis para suas vidas e seus problemas.

Nesse caso, o grupo de tabagismo é do tipo operativo, que pode ter uma tarefa principal tanto implícita (elaborar questões psicológicas que favorecem o vício) quanto explícita - parar ou reduzir o ato de fumar. A tarefa implícita age como obstáculo para

a tarefa explícita. Em um grupo operativo, como explica Castanho (2012), o que acontece com uma pessoa em um grupo acaba comunicando algo do conjunto, assim como funciona em uma família e, como pudemos observar, tal dinâmica relacional foi de grande importância para ajudar os(as) participantes a reduzir o consumo.

Geralmente, tudo começa pela tarefa implícita e, na medida que o grupo executa a tarefa explícita, vão surgindo os elementos do conteúdo latente, o qual expressa a demanda de fato. No entanto, como não era um grupo terapêutico, nossa experiência foi insuficiente para termos hipóteses de qual conteúdo latente poderia ser. Porém, com a nuvem de palavras, podemos ter uma ideia das questões implícitas que rodeavam aqueles(as) participantes.

Por conta da mudança de horários e pela formulação de grupos ser mensal, são sempre as mesmas pessoas no primeiro mês do ano. Porém, a partir do segundo mês, podem estar presentes os “veteranos” de grupos anteriores. Ou seja, ao longo do tempo vai ocorrendo uma mesclagem de grupos e, portanto, ocorre uma mistura de aprendizagem e experiências, pois o iniciante que chega acaba aprendendo com os(as) participantes mais experientes e vice-versa.

Para destacar essa importância do grupo para os(as) participantes, percebemos que, em sua maioria, não conseguiriam se expressar sozinhos, pois escutar as dificuldades e desafios que o outro encontra no processo de parar com o hábito de fumar tem o potencial de motivar o outro. A expressão “força de vontade” ressoou de forma marcante nos encontros. O apoio mútuo foi algo que compareceu em todos os encontros, não só no sentido de compartilhar experiências, mas também na direção de construir um saber em conjunto, ou seja, alternativas para enfrentar as dificuldades de abandonar o tabaco. Uma das alternativas que compareceu foi diminuir o café, já que muitos associavam o café ao cigarro. Além disso, percebemos que os participantes oscilavam entre o luto por não poder mais fumar e a luta por querer parar.

Com isso, entendemos que o(a) psicólogo(a) está ali para facilitar tais desdobramentos construtivos carregados de afeto. Especialmente, o objetivo é propor uma discussão acerca do uso de nicotina com o grupo que se distancie da perspectiva biomédica, carregada de discurso moralizante, que mais afasta do que aproxima as pessoas de um possível tratamento. E, claro, já que o fator “presença do psicólogo”

acaba, por vezes, abrindo caminhos profundos da experiência das pessoas, nossa presença também se justifica no sentido de que tais demandas sejam acolhidas e mantidas em sigilo.

Vemos a mesma direção de manejo sendo apoiada por Mota (2006), ao propor que o papel do(a) coordenador(a) é intervir, lidando com a dialética dos elementos grupais, trazendo-os para uma dimensão transparente, plana, horizontal, de modo que todos(as) tenham acesso às questões que estão ocorrendo no universo grupal, relacionando o que os(as) participantes trazem em suas falas com as dos outros. Ao(A) psicólogo(a), cabe também prestar atenção nas manifestações que refletem as atitudes, valores, crenças e mitos que evidenciam comportamentos arraigados presentes no contexto grupal.

Além disso, pautando-se na *epoché* (suspensão de juízo), fazer a opinião rodar o grupo para trabalhar alguma ideia, principalmente quando for algo totalmente o contrário da maioria, também é algo importante e evita os conceitos e os preconceitos, instigando a imaginação e criatividade dos componentes. Enfim, o papel do(a) coordenador(a) é facilitar o acesso às questões dialéticas dos elementos grupais (Mota, 2006).

## MÉTODO

A elaboração deste trabalho contou com os diários de campo produzidos pelos(as) estagiários(as), que foram sendo acompanhados pela supervisora durante todo o processo grupal. Semanalmente, os(as) discentes acompanhavam o grupo de tabagismo e faziam supervisão. O local utilizado para os encontros foi uma Unidade Básica de Saúde, no município de Miracema do Tocantins e ocorriam uma vez por semana. Durante as sessões grupais, a supervisora e os(as) discentes sentavam-se junto aos(as) participantes e coordenadoras e observavam a dinâmica.

Algumas vezes, fizemos intervenções para mudar a rotina de funcionamento do grupo, objetivando que certos assuntos de cunho mais subjetivo e latente surgissem, considerando que a dependência carrega também um componente psicológico do qual muitas vezes pode ser prejudicado justamente pelo silenciamento. Dessa forma, as intervenções foram voltadas para que os(as) participantes compartilhassem certas angústias ainda não trabalhadas e que poderiam estar

relacionadas ao ato de fumar. Vale lembrar que tais discussões foram importantes não só pelo fato de trocar experiências ser algo positivo e desejável em um grupo, mas também porque, desse modo, pode-se identificar aqueles(as) que necessitavam de uma atenção maior e individualizada. O grupo funcionava, nessa perspectiva, também como um instrumento de triagem.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Ao fim dos encontros, que ao total foram cinco, pudemos concluir que as ações tiveram impactos positivos nos(as) usuários(as) que participaram ativamente do grupo. Ao longo do tempo, percebemos que as falas sobre o ato de fumar revelavam sentimentos encobertos que, quando postos em roda, produziam trocas de experiências construtivas, promovendo uma releitura simbólica do próprio ato. Nesse sentido, a dinâmica grupal ajudou os(as) usuários(as) a perceberem que existem outras formas de ser feliz, além daquela em que se está fumando.

A experiência com o grupo propiciou aos(às) alunos(as) maior entendimento sobre o trabalho em saúde pública e coletiva. A participação em contextos de trabalho facilita amenizar as angústias e receios da atividade prática e, com o diário de campo, pudemos refletir sobre a atuação tanto de psicólogos(as) quanto dos(as) demais profissionais que estiveram presentes durante o acompanhamento grupal. A construção do diário de campo, individualmente, foi importante para compreendermos o fenômeno da saúde enquanto possibilidade e direito. Os diários eram elaborados seguindo um modelo em que, após descrevermos o que se passou em cada encontro, deixávamos ao final nossas reflexões sobre as dinâmicas, considerando aspectos que nos produziam sentimentos sobre tais experiências.

Essa escrita, mais íntima e subjetiva, deu-se juntamente com supervisões semanais, que suscitaram discussões a partir dos acontecimentos do estágio, dos quais inevitavelmente eram relacionados com aspectos teóricos e práticos contidos na literatura, sobretudo nos Cadernos de Atenção Básica, que apresentam os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), pregando, dentre outros princípios, o atendimento humanizado e integral na saúde pública e coletiva (Brasil, 2014). Isso possibilitou não só colocar em prática o que aprendemos, mas também a pensar o quanto estávamos aprendendo e, principalmente, o quanto ainda temos que aprender

para oferecer um serviço de qualidade para um fenômeno social permeado pelo dinamismo saúde-doença.

## REFERÊNCIAS

- Ávila, L. A. (2009). O Eu é plural: grupos: a perspectiva psicanalítica. *Vínculo*, 6(1), 39–52. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-24902009000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902009000100005&lng=pt&nrm=iso)
- Brasil. Ministério da Saúde. (2014). *Núcleo de Apoio à Saúde da Família*. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, (Cadernos de Atenção Básica, n. 39).
- Castanho, P. (2012). Uma Introdução aos Grupos Operativos: Teoria e Técnica. *Vínculo*, 9(1), 47-60. Recuperado em 23 de agosto de 2022, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-24902012000100007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902012000100007&lng=pt&tlng=pt).
- Freitas, M., & Pereira, E. R. (2018). The field diary and its possibilities. *Quaderns de Psicologia*, 20(3), 235. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1461>
- Inca - Instituto Nacional de Câncer. (2018). *Tratamento do tabagismo*. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/programa-nacional-de-controle-do-tabagismo/tratamento>
- Mota, K. A. M. B., Munari D. B. (2022). UM OLHAR PARA A DINÂMICA DO COORDENADOR DE GRUPOS. *Rev. Eletr. Enferm.* [Internet], 8(1). [UM OLHAR PARA A DINÂMICA DO COORDENADOR DE GRUPOS | Revista Eletrônica de Enfermagem \(ufg.br\)](https://www.ufrn.br/revista/olhar-para-a-dinamica-do-coordenador-de-grupos)
- Zimmerman, D. E. (2000). *Fundamentos básicos das grupoterapias*. 2. ed. Porto Alegre: Artemed.

## O AUTOCUIDADO COMO COMPONENTE TERAPÊUTICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CAPS

Amanda Cecília Correia Silva (UFT)

[amanda.cecilia@mail.uft.edu.br](mailto:amanda.cecilia@mail.uft.edu.br)

Elisa Alves Borba (UFT)

[elisa.alves@mail.uft.edu.br](mailto:elisa.alves@mail.uft.edu.br)

Isabela Ferreira Valadares (UFT)

[isabelafv9@mail.uft.edu.br](mailto:isabelafv9@mail.uft.edu.br)

Larissa Romão de Carvalho (UFT)

[larissa.romao@mail.uft.edu.br](mailto:larissa.romao@mail.uft.edu.br)

Ricardo Monteiro Guedes Almeida (UFT)

[ricardo.almeida@mail.uft.edu.br](mailto:ricardo.almeida@mail.uft.edu.br)

**Resumo:** Este trabalho apresenta um relato de experiência de uma intervenção na sala de espera em um Centro de Atenção Psicossocial, no contexto do estágio supervisionado em psicologia. Foi desenvolvida uma oficina terapêutica sobre autocuidado, a qual teve como objetivo propiciar um espaço de reflexão aos usuários acerca do desempenho de atividades que se dirijam à preservação da vida e da saúde, criando um espaço que favorecesse um reposicionamento dos sujeitos diante do seu sofrimento, de forma que se sentissem ativos não somente em relação ao seu tratamento, mas também diante das suas vidas em seu aspecto global. Trata-se de um estudo descritivo, através de diário de campo, envolvendo o relato em primeira pessoa das estagiárias, considerando suas vivências no campo de estágio. Utilizou-se de situações que emergiram espontaneamente da prática profissional, sem revelar dados que possam identificar os sujeitos envolvidos. Observou-se que Oficina terapêutica constituiu-se como um ambiente de troca de vivências e construção de saberes pelos próprios sujeitos acerca do enfrentamento de suas dificuldades. Caracterizou-se como um lugar possível para pensar em temáticas relacionadas à prevenção de agravos e a promoção de saúde, proporcionando um espaço de acolhimento na medida em que todos puderam falar e serem ouvidos.

**Palavras-chave:** autocuidado; acolhimento; saúde mental; CAPS.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho traz a reflexão acerca das potencialidades das atividades com grupos em sala de espera, na medida em que foi possível observar este ambiente como um lugar propício para pensar em temáticas relacionadas à prevenção de agravos e a promoção de saúde, proporcionando um espaço de acolhimento na medida em que todos puderam falar e serem ouvidos.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em suas diferentes modalidades surgem como serviços substitutivos aos Hospitais Psiquiátricos, estes são pontos de atenção estratégicos da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) e tem um caráter aberto e comunitário (Brasil, 2015). Configuram-se como um grande avanço no que diz respeito ao cuidado de pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental, na medida em que oferecem um cuidado integral aos usuários através de uma equipe interdisciplinar que trabalha com diferentes intervenções e estratégias de acolhimento. O público alvo desse serviço abrange pessoas de todas as faixas etárias com transtornos mentais graves e persistentes, e também com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.

Entendendo a sala de espera desse serviço como um ambiente potente para a realização de intervenções, foi possível pensar em ações que promovam a troca de vivências e discussões de forma acolhedora, para a partir disso, pensar de forma conjunta em estratégias de enfrentamento ao sofrimento. De acordo com Teixeira e Veloso (2006), a sala de espera revelou-se como um espaço importante na medida em que é um território onde ocorrem interações, nem sempre harmônicas, entre o saber oficial em saúde e o popular, nas quais as pessoas expressam suas subjetivações, formas de ser e maneira de se cuidarem.

É necessário levar em consideração o público ao qual será dirigida a intervenção, principalmente quando nos referimos ao cuidado em saúde mental na saúde pública, “não basta apenas saber e discursar sobre a necessidade de promover saúde e empoderar a comunidade, isso deve ser construído de acordo com cada realidade local, a partir das experiências e anseios da própria comunidade” (Rotolo & Zurba, 2011, pp. 135-136). Ao olhar a realidade local com mais afinco o profissional poderá intervir de forma mais eficiente para que de fato traga algum benefício ao usuário, como manter-se com saúde e bem-estar, procurando ampliar o grau de autonomia do sujeito e valorizar sua singularidade.

Não há como definir o que seria autocuidado por uma única via, Oliveira, et al. (2020) evidencia que o autocuidado, enquanto uma face do processo de cuidado, em suas diversas dimensões, não se deve dar de modo unívoco e homogêneo, mas sim na construção transversal e compartilhada. Além disso, poderá se dar como uma estratégia de enfrentamento na medida em que dá lugar para a expressão da



subjetividade e singularidade dos indivíduos, aumentando o poder de agir sobre si mesmo e o contexto onde participa, de forma a potencializar a autonomia e o protagonismo dos usuários.

## **MÉTODO**

O presente trabalho foi construído por meio de um relato de experiência em contexto de Estágio Específico Supervisionado em Psicologia, no qual foi realizada uma intervenção pelas estagiárias e supervisora de campo no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I de um município do Tocantins, com os usuários da instituição enquanto aguardavam atendimento médico na sala de espera.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

No CAPS I, adotado como campo de estágio, são ofertados diferentes serviços diariamente junto a uma equipe multiprofissional. As consultas médicas, no entanto, são realizadas uma vez por semana, contexto em que são recebidos um maior número de usuários no serviço. Sendo assim, a equipe se organiza de modo que semanalmente cada técnico é responsável por desenvolver atividades visando o acolhimento do usuário, enquanto ele aguarda na sala de espera por atendimento psiquiátrico. Desta forma, a intervenção realizada pela psicologia e as estagiárias de psicologia, tema deste trabalho, visou propiciar um espaço de reflexão aos usuários acerca de práticas de autocuidado, tão importantes para a manutenção da vida, mas que passam despercebidas mediante o ritmo frenético da rotina diária.

O autocuidado pode ser compreendido como a prática de atividades desempenhadas pelos sujeitos com intuito de preservar a vida, a saúde e o bem-estar. De acordo com Orem (1991 apud Almeida, 2019), tais ações são voluntárias e envolvem a tomada de decisões e tem como intenção colaborar para a integridade estrutural, o funcionamento e o desenvolvimento humano.

Orem (1991) apud Almeida (2019) indica que tais atividades podem ser afetadas por uma série de fatores, tais como: idade, sexo, estado de desenvolvimento e de saúde, orientação sociocultural, fatores do sistema de atendimento à saúde (modalidades de diagnóstico e de tratamento), fatores familiares, padrões da vida (engajamento regular em atividades), fatores ambientais, adequação e

disponibilidade de recursos, sendo nomeados de fatores condicionantes básicos de autocuidado. Portanto, o autocuidado apresenta-se como uma problemática multidimensional, atravessada por vários determinantes que interatuam entre si de forma ininterrupta e vão confluir para desenhar uma prática efetiva de autocuidado. O que vai depender de um processo de auto-observação, além de uma participação ágil do indivíduo, notando-se como a peça principal de qualquer mudança que ocorra em sua vida e saúde. Dito isto, a oficina proposta foi planejada de modo a conscientizar acerca da importância das práticas de autocuidado para a saúde mental e incentivar a troca de experiências através da fala.

Na primeira etapa da oficina de autocuidado, como o objetivo de convidar os usuários a participarem de forma livre e não obrigatória, realizou-se uma atividade interativa na qual uma estagiária encenou diferentes atos vistos como práticas de cuidar de si. Ações como banhar, alimentar-se, exercitar-se e ler foram destacadas. Ratificando assim a importância do autocuidado para os usuários por meio da alimentação balanceada, cuidados estéticos e diferentes formas de lazer. Para além das práticas mencionadas, os(as) usuários(as) tiveram a oportunidade de refletir sobre a importância de manter as medicações com a frequência e horários corretos. Além disso, a importância do papel da família no acompanhamento aos atendimentos foi colocada em discussão. Bem como, o preconceito acerca dos usuários do CAPS e as estratégias necessárias para lidar com as pessoas que prejudicam o desenvolvimento do tratamento. A intervenção foi encerrada com a distribuição de lembranças confeccionadas pela própria equipe do serviço e estagiárias.

Tratou-se, assim, de uma experiência positiva na medida em que houve a adesão dos participantes e a expressão de diversas outras temáticas importantes para o trabalho com os usuários. Possibilitando, assim, um reposicionamento dos sujeitos diante do seu sofrimento de forma que se sentissem ativos não somente em relação ao seu tratamento, mas também diante das suas vidas em seu aspecto global.

De acordo com o trazido por Almeida (2019), o apoio social proporciona segurança e conforto, diminuindo os níveis de estresse e ajudando no enfrentamento de certas situações. De fato, a falta de apoio social aos usuários causa dificuldades no processo de melhora, pois, como observado na oficina de autocuidado, além dos desafios provenientes dos transtornos e uso da medicação, muitos usuários lidam

com julgamentos e críticas de pessoas próximas, o que aumenta seus níveis de estresse e preocupação.

Hermel, Pizzinato e Uribe (2015 apud Almeida, 2019) apontam que as práticas de autocuidado proporcionam duas direções: uma em que o cuidado oferta empoderamento e uma segunda, onde o cuidado possibilita a oportunidade de olhar a si próprio, o que permite que o sujeito conduza as práticas de autocuidado para atividades específicas que ele percebe como fontes de bem-estar. Sendo assim, o autocuidado pode ser visto como um componente terapêutico na medida em que influencia de forma positiva na vida dos sujeitos, de forma a auxiliar na adesão ao tratamento, além de ser constituído de ações que tem como objetivo a manutenção da vida.

A partir da realização da oficina de autocuidado em um CAPS do Tocantins, a reflexão a ser realizada corresponde, também, aos estigmas vivenciados pelos usuários e o papel do CAPS na oferta de serviços na promoção do cuidado em saúde mental. No que se refere aos usuários, foi possível observar o sofrimento decorrente da não validação de seu sofrimento por parte de pessoas que deveriam formar sua rede de apoio, como seus familiares, amigos e colegas de trabalho. Somados a isso, há uma imposição de que eles continuem sendo produtivos para o sistema ao qual fazem parte. Características essas que permeiam não só a sociedade atual, mas que possuem um passado de exclusão daqueles que apresentam algum tipo de transtorno e/ou sofrimento psíquico. No intuito de superar essa lógica de exclusão e promover saúde pelo viés da garantia de direitos, os profissionais do CAPS devem manter sempre viva o objetivo de ofertar um cuidado integral e multidisciplinar aos usuários.

Concluindo, foi possível perceber através da experiência com a oficina de autocuidado que para a promoção de saúde é necessário possuir uma atuação profissional crítica, pautada na ética e de forma responsável, de modo a acolher o usuário frente as suas angústias, reconhecer o seu sofrimento e o caminho que percorreu.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. B. F. (2019). O comportamento de autocuidado e a prevenção em saúde mental. [*Dissertação de mestrado*, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional SC. Recuperado de: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215603>>.
- BRASIL. (2015). Centros de Atenção Psicossocial e Unidade de acolhimento como Lugares da Atenção Psicossocial nos Territórios. Ministério da Saúde, Brasília-DF.
- TEIXEIRA, E. R., Veloso, R. C. (2006). O grupo em sala de espera: território de práticas e representações em saúde. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis-SC.
- OLIVEIRA, G. S. de., Carvalho, M. de F. A. A., Gondim, L. S. de S., & Freire, A. K. da S. (2020). Self-care and its consequences in health production of health in psychosocial care. *Research, Society and Development*, 9(7), e981974942. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4942>
- ROTOLO, L. M., ZURBA, M. C. (2011). Educação em saúde na atenção básica: Estratégias do fazer do psicólogo para a promoção da saúde. In M. C. Zurba (Org.). *Psicologia e saúde coletiva*. Tribo da Ilha

## A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Heitor Silva Magalhães (UFT)  
[heitor.magalhaes@mail.uft.edu.br](mailto:heitor.magalhaes@mail.uft.edu.br)  
Midiã Kemellyn Barros Ribeiro (UFT)  
[midia.kemellyn@mail.uft.edu.br](mailto:midia.kemellyn@mail.uft.edu.br)  
Thamyres Ferreira Conceição (UFT)  
[thamyres.ferreira@mail.uft.edu.br](mailto:thamyres.ferreira@mail.uft.edu.br)  
Jamile Luz Morais Monteiro (UFT)  
[jamile@mail.uft.edu.br](mailto:jamile@mail.uft.edu.br)

**Resumo:** Este trabalho objetiva discutir a atuação do(a) psicólogo(a) na Atenção Primária à Saúde (APS), assim, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Propõe-se abordar o tema em uma perspectiva social crítica que vai na direção contrária do modelo biomédico de atenção à saúde, pautado em uma clínica reducionista e superespecializada, desarticulada com a realidade social. Considera-se a importância de reafirmar, cada vez, o modelo biopsicossocial em saúde, o qual concebe o sujeito em seu aspecto global, entendendo que o processo saúde-doença é contingenciado pelos determinantes sociais da saúde. Apresenta-se como a psicologia se insere no SUS, evidenciando como acontece seu trabalho na APS por meio do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) em articulação com a Equipe do Estratégia Saúde da Família. Por fim, faz-se um apelo à importância do NASF, que vem sofrendo um desmonte pelo Ministério de Saúde, o qual não mais tem realizado credenciamento de novas equipes multiprofissionais, que antes atendiam a um critério pré-estabelecido para sua composição. O gestor municipal, agora, tem autonomia para formar essas equipes, definindo a carga horária e as categorias profissionais, podendo cadastrá-las diretamente nas equipes de Saúde da Família ou em equipes de atenção primária.

**Palavras-chave:** atenção primária à saúde; psicologia; atuação.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo demonstrar a práxis do(a) psicólogo(a) na Atenção Primária à Saúde (APS), apresentando sua articulação com o Núcleo de Apoio à Saúde da Família ou também chamado Núcleo Ampliado à Saúde da Família (Nasf) em conjunto às equipes de Saúde da Família (eSF), inseridas no modelo Estratégia e Saúde da Família (ESF). Deu-se seu desenvolvimento na disciplina de “Estágio de Núcleo Comum I”, a qual tem como proposta compreender o campo da prática da Psicologia no contexto da saúde pública e coletiva, com atuação na

Atenção Básica em um município do Tocantins, propiciando ainda aos discentes o exercício do trabalho em equipe multiprofissional em saúde via NASF.

A Atenção Básica (AB) ou Atenção Primária à Saúde (APS) possibilita o primeiro acesso das pessoas ao sistema de saúde no Brasil. De acordo com o Ministério da Saúde (2013), a APS é entendida como a “porta de entrada” do SUS, onde se desenvolve uma série de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, visando garantir uma atenção integral e resgatar a autonomia dos sujeitos, inclusive para aqueles(as) que demandam algum cuidado em saúde mental.

Essas mesmas ações são amparadas pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social, presentes na AB e que estão diretamente ligadas às questões como o contexto socioeconômico, às condições de trabalho e o ambiente, fatores estes que fundamentam o modelo biopsicossocial (Ministério da Saúde, 2013).

A partir do modelo biomédico instaurado como eficaz durante o século XIX, surge a necessidade de inovação na concepção de saúde vigente, assim o modelo biopsicossocial expõe todas as fragilidades do seu antecessor, o qual possui um paradigma rígido, reducionista e mecanicista, e vem para fundamentar o trabalho na promoção e educação para a saúde. Prezando uma comunicação efetiva entre profissionais e pacientes, estimula a criação de vínculos, importando-se com todos os aspectos que envolvem o processo saúde e doença.

Segundo o Ministério da Saúde (2013), na construção de uma atenção integral, é necessário que a AB cumpra com algumas funções para que haja um bom funcionamento das Redes de Atenção à Saúde, que são: ser base, atuando de forma descentralizada; ser resolutiva, identificando possíveis riscos, necessidades e demandas de Saúde; coordenar o cuidado, elaborando, acompanhando e criando projetos terapêuticos singulares; ordenar as redes, reconhecendo as necessidades de saúde da população sob sua responsabilidade e contribuindo para que a programação dos serviços de Saúde parta das necessidades de saúde dos(as) usuários(as).

Nesse contexto, como forma estratégica de ampliação e consolidação da Atenção Básica no país, o Ministério da Saúde conjuntamente aos gestores estaduais e municipais, amparados pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), implementaram a Estratégia e Saúde da Família (ESFs) como possibilidade de garantir uma reorientação do processo de trabalho para melhor aprofundamento nos princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade no sistema de saúde.

O Ministério da Saúde (2012) orienta que, a Estratégia e Saúde da Família deve ser composta pela equipe de Saúde da Família (eSF) - que são equipes multiprofissionais composta por, no mínimo: um (1) médico generalista, ou especialista em Saúde da Família, ou médico de Família e Comunidade; um (1) enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família; um (1) auxiliar ou técnico de enfermagem; e agentes comunitários de saúde. O Ministério da Saúde (2012) ainda destaca que podem ser acrescentados a essa composição os(as) profissionais de Saúde Bucal: cirurgião-dentista generalista ou especialista em Saúde da Família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal.

Entendendo os propósitos do modelo Estratégia e Saúde da Família e das equipes de Saúde da Família em ampliar, qualificar e consolidar a Atenção Básica no país, parte-se para as contribuições da Psicologia para construção de um trabalho que almeja os mesmos propósitos de ampliar a abrangência e o escopo das ações na saúde, bem como a resolutividade na AB, através do Nasf.

Consoante ao Ministério da Saúde (2013), os Nasfs estão presentes nas Unidades Básicas de Saúde de cada município, sendo constituídos por profissionais de diferentes áreas que devem atuar de maneira integrada e apoiando os profissionais das equipes de Saúde da Família, das equipes de Atenção Básica para populações específicas (consultórios na rua, equipes ribeirinhas e fluviais etc.) e Academia da Saúde.

O trabalho construído nos Nasfs deve estar integrado à Rede de Atenção à Saúde e os serviços especializados, como Caps e ambulatórios, além de outras redes como Sistema Único de Assistência Social (Suas), redes sociais e comunitárias. Conforme o Ministério da Saúde (2013), a responsabilização compartilhada entre a

equipe do Nasf e as equipes de Saúde da Família “busca contribuir para a integralidade do cuidado aos usuários do SUS principalmente por intermédio da ampliação da clínica” (p.20). A partir dessa perspectiva, é possível auxiliar na análise de possíveis intervenções e necessidades de saúde, tanto em termos clínicos quanto sanitários (Ministério da Saúde, 2013).

O Ministério da Saúde (2013) determina, ainda, uma série de ações de apoio a serem desenvolvidas por profissionais dos Nasfs, que são: discussão de casos, atendimento conjunto ou não, interconsulta, construção conjunta de projetos terapêuticos, educação permanente, intervenções no território e na saúde de grupos populacionais e da coletividade, ações intersetoriais, ações de prevenção e promoção da Saúde, discussão do processo de trabalho das equipes etc. Vale lembrar que essas atividades podem ser desenvolvidas nas unidades básicas de Saúde, nas academias da Saúde ou em outros pontos do território.

## **MÉTODO**

Foi realizada uma análise dos materiais disponibilizados para a própria disciplina, como cartilhas, livros e artigos científicos. A partir disso, foram selecionados aqueles que explicassem os conceitos de “Atenção Básica”; “Estratégia e Saúde da Família”; “equipes de Saúde da Família” e “Nasf”. Foram também selecionados materiais diretamente recomendados pela professora, e como material de base os diários de campo elaborados durante o estágio. Ao final, foram empregadas duas (2) cartilhas e um (1) caderno de Atenção Básica.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

A partir do material estudado e a experiência de observação de campo, percebemos que o papel do(a) psicólogo(a) nos núcleos de saúde ampliada da família é de suma importância para a manutenção da assistência primária à saúde. Ele(a) é o(a) principal responsável por desenvolver ações voltadas para a saúde mental, sejam elas de forma individual ou coletiva, a saber: ações que visem acolher e humanizar o atendimento do serviço de saúde; pensar os processos organizativos e os serviços a serem ofertados frente às demandas territoriais e apoiar à rede pública para além da saúde, seja ela educacional ou assistencial. Cabendo a ele ainda intervir



e promover discussões de casos e temas relativos a clínica, saúde e gestão do sistema, atendimentos conjuntos e articulados com os outros profissionais componentes do Nasf e participar da construção do projeto terapêutico singular.

Dado o exposto, foi possível mapear através das visitas à campo e por meio da observação a estrutura da rede de saúde de um município do Tocantins (TO), na qual até o período de março à junho de 2022, compreendia uma equipe multiprofissional (Nasf) composta por: um (1) Psicólogo; um (1) Nutricionista; um (1) Profissional de Educação Física; um (1) Fisioterapeuta e um (1) Assistente Social.

A equipe organiza-se de forma itinerante para atender às oito (8) unidades básicas de Saúde (UBS) do município, e tem como público-alvo os(as) usuários(as) do serviço. No entanto, o psicólogo do Nasf e supervisor de campo trabalha com uma limitação da faixa etária sendo ela: crianças a partir dos 7 anos e indo até a idosos.

As principais demandas a surgirem nos atendimentos e apontadas por ele são relativas à: Ansiedade, Depressão e Luto. Isso deve-se também a articulação e delegação de responsabilidades feita pela própria secretária de saúde do município, que compreende o trabalho das UBS como atenção primária, para as quais são direcionadas demandas denominadas como “Sofrimento psíquico leve”. Há ainda algumas demandas mais sazonais ligadas ao laudo e acompanhamento de paciente que buscam procedimentos: cirurgia bariátrica, cirurgia de laqueadura e vasectomia.

Com base no observado, a experiência de trabalho do(a) psicólogo(a) na atenção primária é atravessada constantemente pelos pressupostos de *construção de vínculo* e do *cuidado*, tanto na relação com o(a) paciente/usuário(a) quanto no trabalho multiprofissional executado nos NASFs. Por meio deles, é possível otimizar o processo de saúde e doença, o tratamento e seu tempo de duração e a humanização do serviço, que é um conceito fundamental do SUS.

Outro fator importante, foi a necessidade da organização em rede. É essencial que o(a) psicólogo(a) se mantenha a par dos protocolos e processos úteis para os seus(as) pacientes, e esteja em contato com os outros serviços, a assistência, a educação, para que os direitos sociais sejam garantidos e para que o usuário não fique perdido dentro da rede sem saber onde recorrer. Desse modo, o trabalho multiprofissional se mostra como uma ferramenta mais que necessária, tornando-se uma postura de cuidado. Afinal, pensar o atendimento e projeto terapêutico do

paciente de maneira dialogada pode ser uma saída para dificuldades que possam aparecer, como a falta de recursos ou inexperiência profissional (principalmente para profissionais recém-formados), pois a equipe pode propor e compartilhar métodos e experiências.

## REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. (2012). *Política Nacional de Atenção Básica* / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde. 110 p. : il. – (Série E. Legislação em Saúde) ISBN 978-85-334-1939-1

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. (2013). *Saúde mental* / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde. 176 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34) ISBN 978-85-334-2019-9

Conselho Federal De Psicologia. (2009). *A prática da psicologia e o núcleo de apoio à saúde da família*. <https://site.cfp.org.br/publicacao/a-prtica-da-psicologia-e-o-nucleo-de-apoio -sade-da-familia/>

**EIXO 2:**  
**PROCESSOS EDUCACIONAIS**

## “CHÁ DAS EMOÇÕES”: UMA EXPERIÊNCIA DE ACOLHIMENTO NO COTIDIANO ESCOLAR NO RETORNO DO ENSINO PRESENCIAL.

Auriene Rodrigues Santos (UFT)

[auriene.santos@mail.uft.edu.br](mailto:auriene.santos@mail.uft.edu.br)

Bhruna Kesya Jorge de Moraes (UFT)

[bhruna.morais@mail.uft.edu.br](mailto:bhruna.morais@mail.uft.edu.br)

Gabriel Toshio Acácio Ogawa (UFT)

[gabriel.ogawa@mail.uft.edu.br](mailto:gabriel.ogawa@mail.uft.edu.br)

Karoline da Costa Guimarães (UFT)

[karoline.guimaraes@mail.uft.edu.br](mailto:karoline.guimaraes@mail.uft.edu.br)

Daniele Vasco Santos (UFT)

[vasco.daniele@mail.uft.edu.br](mailto:vasco.daniele@mail.uft.edu.br)

**Resumo:** O presente trabalho relata uma experiência de prática de Estágio Supervisionado em Psicologia, realizada em uma escola municipal de ensino fundamental, localizada em Miracema do Tocantins, na transição do ensino remoto para o presencial, no contexto da pandemia da COVID-19. As ações foram desenvolvidas utilizando-se o referencial teórico-metodológico da Psicologia Escolar e Educacional e da Análise Institucional, tendo como ponto de partida a análise de demandas nomeadas como ansiedade e sentimento de impotência diante do que trabalhadores/as consideram “déficits” educacionais, em função da suspensão do ensino presencial. Neste sentido, foi criado um espaço de acolhimento, intitulado “Chá das emoções”, objetivando promover vínculos entre estagiárias e servidores/as da escola, assim como entre os/as próprias/os. Como resultado observou-se uma permanente frequência e interação no espaço ofertado, com a circulação de palavras e afetos, e, conseqüentemente, a promoção de vínculos. Conclui-se que a atuação da Psicologia tem muito a contribuir com as práticas escolares no contexto de retorno ao ensino presencial, fornecendo um trabalho de promoção de saúde e reflexão sobre situações adversas assim como sobre os modos de superação, em diversos espaços do cotidiano escolar.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar e Educacional; Análise Institucional; Pandemia da Covid-19.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo relatar o processo de intervenção no Estágio Supervisionado em Psicologia, realizado por um grupo de estagiárias/os da Universidade Federal do Tocantins, cujo campo de estágio trata-se de uma escola municipal localizada na cidade de Miracema do Tocantins. Um dos objetivos da prática deste estágio é o de propor, elaborar e aplicar intervenções psicológicas com

indivíduos, grupos, comunidades, organizações e sociedade através das demandas obtidas em contato com os docentes da escola. Assim sendo, pretende-se apresentar uma das intervenções realizadas na escola, intitulada como “Chá das Emoções”.

Partiu-se, a princípio, observação do cotidiano escolar e análise do funcionamento institucional, o que proporcionou uma aproximação com a realidade do campo de estágio. Após algumas visitas à instituição e diálogos com docentes e servidoras, foi relatado pelas profissionais o sentimento de ansiedade e impotência diante do contexto educacional pós-isolamento. Assim, a preocupação era a de como a instituição iria se remodelar após dois anos de suspensão do ensino presencial, fato que se apresentou como uma grande preocupação das docentes que sentiam certo atraso em relação ao aprendizado dos/os alunos/as. A partir da análise de tais demandas, os/as estagiários/as se ocuparam de pensar maneiras de intervir à luz da Análise Institucional e Psicologia Escolar e Educacional. Dessa forma, a intervenção do “Chá das Emoções” surgiu como uma forma de criar um espaço de escuta e acolhimento para todos/as os/as servidores/as da escola no início do ano letivo, na transição do ensino remoto para o retorno ao ensino presencial, no contexto da pandemia da COVID-19.

O espaço foi pensado exclusivamente para os profissionais da instituição, e serviu como um local de escuta, acolhimento e descontração, pois a intervenção objetivava promover um ambiente que serviria como ponto em que os profissionais pudessem compartilhar entre si - e com os estagiários/as – afetos e pensamentos referente ao retorno ao ensino presencial, após o isolamento físico na pandemia, tendo o intuito de melhorar o ambiente de trabalho, bem como criar um vínculo entre a instituição e os estagiários.

Segundo Machado (2014), “criar aliança com os professores implica algo mais do que entender a história que constitui certo tipo de demanda. Implica percebermos isso – a produção da demanda – se operando na relação que estabelecemos com os educadores.” (p.767). Assim sendo, buscou-se conhecer a produção da demanda a partir do convívio com os/as educadores/as durante o andamento da intervenção. O presente trabalho faz, portanto, referência a como se desenvolveu tal ação.

## MÉTODO

A ação nomeada como “Chá das Emoções” foi realizada utilizando o referencial teórico-metodológico da Psicologia Escolar e Educacional e da Análise Institucional, entendendo que o processo educativo ocorre no âmbito da relação entre sujeitos e seus contextos de vida, atravessado por diferentes forças. A Psicologia emerge como uma ferramenta de grande contribuição para a Educação, visto que esse processo não é só baseado em “decorar um código”, ele é um processo do sujeito com o mundo.

A ação foi realizada compreendendo que docentes, fazem parte desse processo e que dentro da instituição ocupam lugar de centralidade na superação de contextos escolares adversos quando assumem posição de agentes de transformação, pois, segundo exposto por Antunes (2008):

A psicologia como um dos fundamentos do processo formativo do educador deve propiciar o reconhecimento do educador/professor como sujeito do processo educativo, traduzindo-se na necessidade de mudanças profundas das políticas de formação inicial e continuada desse protagonista fundamental da educação. (p. 474)

Posto isto, é válido destacar os afetos e pensamentos que emergiram como efeito da suspensão das aulas durante os anos de 2020 e 2021 devido a pandemia da COVID-19, pois as escolas públicas brasileiras recorreram, em sua grande maioria, à opção de realização do ensino remoto com envio de cadernos de atividades aos alunos/as, como foi o caso da escola na qual o estágio foi realizado.

Com a volta das aulas presenciais os/as educadores/as temiam não só o vírus, mas também os “déficits” educacionais que o isolamento provocou. A ansiedade com o retorno foi notória durante as primeiras visitas das/as estagiários/as à escola e, com isso observou-se o levantamento de uma demanda: a de criar um espaço de acolhimento dentro da instituição para todos os funcionários, entendendo que esse momento de retorno estava marcado por medo, ansiedade e sentimentos de impotência, os quais incutem tanto aos educadores/as quanto aos alunos uma posição de “sujeitos em dívida” em relação ao processo de ensino-aprendizagem.

Considerando isso, o “Chá das Emoções” teve como objetivo criar um espaço de acolhimento dentro da instituição e promover vínculos entre estagiárias e servidores/as da escola, assim como entre as/os próprias/os, entendendo que o

período de isolamento criou um afastamento entre os funcionários e também comunidade escolar. O local destinado para a ação foi o corredor da escola, visto que é um local de passagem e circulação. Uma mesa foi posta com a oferta de chá, café, chás, biscoitos, também canetas e papéis. A ação acontecia uma vez por semana com duração de 1h30min, horário que abrangia, também, o intervalo de aulas.

Participaram da ação 8 estagiárias, divididas em duplas para produzir o “chá”. Foram utilizadas técnicas como análises de demandas, dinâmicas envolvendo grupos e experiência criativa por meio da palavra e do encontro. A ação consistia em oferta o chá em “troca de emoções”, essas despertadas através da seguinte formulação: “Como você se sente hoje?” Cada funcionário era chamado a participar da ação pelos/as estagiários/as que ficavam circulando entre os corredores com o convite.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

A princípio, é válido ressaltar que as respostas obtidas a partir da pergunta central de “Como você se sente hoje?” não foram analisadas individualmente, tendo em vista que a proposta se concentrava na abertura e disposição de um espaço de acolhimento, que, por si só, já representava como algo diferente e potencialmente interessante no cotidiano da escola.

Como resultado, destaca-se a elevada busca pelo espaço assim como as interações das pessoas que trabalham na escola entre si ao frequentarem o espaço do Chá, o que indica uma ótima adesão do público-alvo à intervenção realizada. Uma atmosfera de aliança/parceria e acolhimento foi gerada a partir da constância e do envolvimento mútuo, já que, além desta intervenção em questão, foram realizadas outras intervenções semanais na escola pelo grupo de estagiárias/os, tendo como participantes tanto docentes, quanto alunos/as e equipe técnica-administrativa e Direção.

Na experiência de escuta e acolhimento do “Chá das Emoções”, foi possível notar a recorrência das queixas de ansiedade e de preocupações sobre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos neste contexto pós-pandêmico, além dos afetos relativos à de impotência acerca das atuais questões sociopolíticas, tanto a nível municipal, quanto a nível estadual e federal. Desta forma, as professoras/os e funcionárias/os da escola passaram a demonstrar apreço por esta intervenção, em

especial, a ponto de perguntarem pelos estagiários, como quem anseia, com bons afetos, por aquele (re)encontro.

Diante dos resultados obtidos, constata-se que a escola apresenta um campo com um grande potencial criativo a ser explorado, conforme posto por Machado (2014):

(...) a maior conquista nesse tempo é a capacidade que desenvolvem de afetar e serem afetados pelos acontecimentos. Vão percebendo estratégias que potencializam aquilo que se apresenta cristalizado. Mas, vejam bem, não é que desenvolvem formas de potencializar os outros, como se faltassem coisas aos outros, mas desenvolvem a capacidade de potencializar as relações que habitam. (p. 770)

À vista disso, nota-se que as relações entre os profissionais, após dois anos de ausência das atividades presenciais no espaço escolar requeriam a necessidade de espaços que propiciassem a reconstrução de relações que já habitavam na instituição. Nesse sentido, o “Chá das Emoções” apresentou grande êxito nessa reconstrução, uma vez que os profissionais passaram até mesmo a perguntar aos estagiários se teriam “emoções” naquele dia.

Ademais, fazer pensar sobre o funcionamento da instituição e criar estratégias de potencialização é uma das características do Movimento Instituinte que, conforme Barembritt (2002) trata-se de “um conjunto heterogêneo, heterológico e polimorfo de orientações, entre as quais é possível se encontrar pelo menos uma característica comum: sua aspiração a deflagrar, apoiar e aperfeiçoar os processos auto-analíticos e autogestivos dos coletivos sociais”(p.11). Nota-se, portanto, que os resultados da intervenção realizada apontam para uma melhoria na qualidade das relações presentes no campo institucional e, portanto, considera-se que o Estágio representou, dentro da escola, um Movimento Instituinte de fazer repensar ações cristalizadas.

A prática foi orientada, também, à luz da Psicologia Escolar, que, segundo Antunes (2008), possui um saber

(...) que pode contribuir com os processos sócio-institucionais da escola; tem um conhecimento específico que pode e deve reconhecer o que é próprio de sua formação profissional, e, ousar afirmar, algumas vezes inclusive de caráter clínicoterapêutico, voltado para casos individuais; possui ou pode desenvolver conhecimentos importantes para a gestão de sistemas e redes de ensino, sobretudo no âmbito de diagnósticos educacionais (avaliação institucional, docente, discente etc.) e na intervenção sobre tais resultados. (p. 474).



Diante disso e considerando os resultados, constata-se que a Psicologia Escolar e Educacional possui a capacidade de transformação mediante o que se apresenta cristalizado, bem como apresenta um importante arcabouço teórico-metodológico para se pensar os processos de ensino e a dimensão psicológica dos sujeitos que são atravessados por eles.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. 2008, v. 12, n. 2 [Acessado 25 Junho 2022] , pp. 469-475.
- Baremlitt, Gregorio F. (2002) *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*, 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari)
- Machado, Adriana Marcondes Exercer a Postura Crítica: Desafios no Estágio em Psicologia Escolar. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2014, v. 34, n. 03 [Acessado 16 Junho 2022], pp.761-773. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001112013>.

## PLANTÃO PSICOLÓGICO EM CONTEXTO ESCOLAR: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Jayana Milhomem de Souza (UFT)

[jayanamilhomem@mail.uft.edu.br](mailto:jayanamilhomem@mail.uft.edu.br)

Amoriara Milhomem Francisca de Oliveira (UFT)

[amoriara.milhomem@mail.uft.edu.br](mailto:amoriara.milhomem@mail.uft.edu.br)

Yasmin Coelho dos Santos Parreão (UFT)

[yasmin.parreao@mail.uft.edu.br](mailto:yasmin.parreao@mail.uft.edu.br)

Ladislau Ribeiro do Nascimento (UFT)

[ladislaunascimento@mail.uft.edu.br](mailto:ladislaunascimento@mail.uft.edu.br)

**Resumo:** A Psicologia Escolar e Educacional vem produzindo análises críticas sobre fenômenos como fracasso escolar, medicalização na educação, exclusão, dentre outros temas pertinentes ao cotidiano escolar. Muitas críticas foram direcionadas às práticas clínicas realizadas em ambientes escolares. No entanto, a partir da última década, verificaram-se nas escolas uma quantidade significativa de crianças e adolescentes com demandas para atendimento individualizado. Como intervir nesses casos sem incorrer no erro de intensificar a patologização dos indivíduos no contexto educacional? O presente trabalho descreve uma prática realizada por três estagiárias do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins, vinculadas ao Estágio Específico Supervisionado com Ênfase em Psicologia da Educação e Interculturalidade. O trabalho ocorreu de março a junho de 2022 em um colégio militar do Tocantins. Oferecemos plantões psicológicos com o objetivo de ouvir e acolher estudantes em situação de sofrimento. Ao todo, 33 atendimentos foram realizados. Fragilidades dos vínculos em diferentes espaços de vida, sensação de abandono e queixas sobre situações de violência estiveram presentes em grande parte dos casos. As análises e as discussões de casos em supervisão apontam para a relevância do dispositivo como estratégia de promoção de bem-estar e saúde mental para o público atendido.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar e Educacional; Plantão Psicológico; Sofrimento Psicossocial..

### INTRODUÇÃO

No Brasil a atuação profissional da psicologia no âmbito escolar, até aproximadamente o final da década de 70 caracterizou-se por adotar um modelo clínico-terapêutico, individualista, acrítico, descontextualizado, adaptacionista, e, conseqüentemente, excludente (Antunes, 2008; Bezerra, 2014).

Este período foi marcado pelo uso indiscriminado de técnicas psicológicas, incluindo os testes psicométricos que legitimam discursos de culpabilização de crianças e familiares pelos problemas e desafios manifestos no contexto escolar. O enfoque pautado nos indivíduos desprezava fatores históricos, sociais, culturais, políticos, pedagógicos e econômicos tão importantes na determinação do processo educativo, reduzindo-os aos chamados fatores de natureza psicológica. Por este motivo, as práticas psicológicas disseminadas nos espaços escolares tornaram-se objeto de crítica.

As críticas fundamentaram-se, de um lado, pela tendência reducionista e psicologizante das explicações teóricas predominantes; de outro lado, na própria prática da psicologia escolar com seu enquadramento clínico-terapêutico, baseado no modelo médico que tendia a individualizar e patologizar o processo educativo, desconsiderando ações preventivas, de cunho interdisciplinar (Antunes, 2008).

No entanto, a partir da última década, verificaram-se nas escolas uma quantidade significativa de crianças e adolescentes com demandas para atendimentos individualizados. Fenômenos como crises de ansiedade, depressão, autolesão, ideações suicidas, tentativas e execução de suicídio, abuso sexual, violência doméstica, entre outros tipos de violações de direito e de sofrimento afetam cada vez mais os indivíduos inseridos em espaços escolares.

Neste contexto, o Plantão Psicológico despontou como forma de intervenção às demandas de sofrimento emergentes no contexto escolar. Vale salientar que, a Psicologia Escolar e Educacional (PEE) possui base teórica e ferramentas suficientes para propor práticas clínicas sem que sejam reproduzidas aquelas ideias enviesadas que deram base à psicologia escolar posta como alvo de nossas críticas. Temos condições de manter a crítica e acolher demandas de sofrimento psíquico no cotidiano escolar (Bezerra, 2014). A propósito, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) aponta para a necessidade de atuarmos “no âmbito da educação formal realizando pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva em grupo e individualmente” (CFP, 2007, p.18).

O termo *plantão* é frequentemente associado às práticas médicas de atendimento das urgências, porém, aqui é entendido como disponibilidade para acolher situações de emergência (Machado & Fonseca, 2019). O serviço ofertado

visou especialmente criar um canal de escuta qualificada para acolher casos de mal-estar psicossocial, e promover fortalecimento subjetivo e saúde mental através do diálogo.

## **MÉTODO**

As práticas consistiram na oferta de Plantões Psicológicos para alunos/as que demandavam apoio e acolhimento socioemocional imediato e que, por este motivo, dirigiam-se ou eram encaminhados ao Serviço de Orientação Educacional (SOE) de um colégio militar, situado no estado do Tocantins.

Devido a grande quantidade de alunos matriculados na instituição, os atendimentos não foram divulgados; empregamos a metodologia da busca espontânea, estando disponíveis junto à equipe do SOE para atender estudantes em situações de crise.

Os plantões foram realizados entre os meses de março e abril de 2022, três vezes por semana, às quartas-feiras no período matutino, de 09h00m às 12h30m, às quintas e sextas-feiras no período vespertino, de 14h00m às 17h25m. Em decorrência das limitações do espaço, em cada dia de plantão apenas uma estagiária se colocava à disposição - de plantão - para realizar os atendimentos com duração média de 30 minutos cada.

No decorrer do período de estágio foram realizados cerca de 30 atendimentos. A maior procura se deu pelas meninas com idades entre 15 e 17 anos. Geralmente chegavam à sala do SOE chorando e com características típicas de crise de ansiedade.

Os estudantes procuraram os plantões por vários motivos, como: dificuldades de se concentrar nos conteúdos e medo de não se sair bem nas avaliações; também falavam sobre acontecimentos envolvendo questões de ordem pessoal e subjetiva. Fragilidades dos vínculos em diferentes espaços de vida, sensação de abandono e queixas sobre situações de violência estiveram presentes na maioria dos casos.

Além disso, conflitos familiares, brigas com amigos, término de relacionamento, ansiedade, baixa autoestima, problemas em relações interpessoais e até mesmo situações mais graves como vivência de luto, abandono afetivo dos pais e tristeza

profunda que desencadeavam comportamentos autodestrutivos, incluindo autolesão e pensamentos de menos-valia com tendências suicidas.

O dispositivo se mostrou relevante para a promoção da saúde mental. Estávamos sempre dispostas a ouvir quem nos procurava, sempre com empatia e sem julgamentos. Buscamos auxiliar estudantes em processos de elaboração de conflitos emergentes. Além do caráter interventivo, o Plantão Psicológico em contexto escolar constituiu-se como espaço privilegiado de prevenção, visto que pode evitar o aumento da ansiedade e outros males de ordem psicossocial.

Realizamos, ainda, dois encontros em grupo com estudantes matriculados no 2º ano do Ensino Médio, com o objetivo de oferecer apoio ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, tais como: autoconhecimento, autocuidado, empatia, responsabilidade e compromisso. O primeiro encontro foi realizado no dia 05 de maio, entre 16h50min e 17h30min. Para a atividade programada, convidamos os participantes para uma atividade que incluiu a construção de uma máscara com os materiais com o uso de cartolinas, papel cartão, E.V.A. cola, tesoura, lápis de cor etc.. A máscara deveria representá-las/os; os participantes deveriam se apresentar falando de si e explicando os porquês de cada produção.

Nem todos quiseram se apresentar e mostrar a máscara. No entanto, dos 36 alunos presentes, pelo menos a metade participou. Os estudantes se mostraram ativos e inquietos. Por esse motivo, sentimos a necessidade de dividir a turma no encontro seguinte.

Não foi possível realizar o encontro marcado para o dia 12 de maio, pois, um aluno da turma testou positivo para Covid-19 e todos foram liberados das atividades naquele dia. Assim, o segundo encontro foi realizado no dia 19 de maio. Na ocasião, dividimos a turma em três grupos, cada um sob a responsabilidade de uma estagiária.

Realizamos a Dinâmica do Dado, que consistiu na utilização de um dado com perguntas norteadoras para facilitar uma roda de conversa, conforme lista abaixo. Esta atividade teve o objetivo de propor reflexão e discussão sobre o conhecimento de si, além de viabilizar trocas entre as participantes, de modo dinâmico e interativo.

1. Quem sou eu?
2. O que me faz bem e o que me faz mal?
3. Eu admiro (nome da pessoa), porque...

4. Eu gostaria de não ter que...
5. Algo que eu gostaria de mudar
6. O que eu desejo?

Além disso, confeccionamos bonequinhos de papel e os entregamos ao final do encontro a fim de propor a Dinâmica dos Bonequinhos, que consiste na entrega de dois bonequinhos para cada participante, com uma semana de antecedência em relação ao próximo encontro. Um bonequinho representa o EU e o outro bonequinho o OUTRO. Ao longo da semana, ao lado do bonequinho que representa o EU, os/as participantes deveriam escrever coisas boas feitas a eles/as por outras pessoas ao longo daquela semana; comentários, gestos ou atos ruins direcionados a cada um/a, por outro lado, seriam escritos no verso. Seguindo esta lógica, de um dos lados do bonequinho que representa o OUTRO, cada participante deveria escrever coisas boas feitas ou ditas para alguém; no seu verso, do mesmo modo, indicariam coisas ruins direcionadas para alguém ao longo da semana.

Esta atividade teria o objetivo de promover análises e reflexões sobre a relação eu-outro, destacando um olhar para os acontecimentos cotidianos que implicam no bem-estar de si e dos outros. Na mesma perspectiva, buscava-se refletir sobre empatia, respeito, *bullying* na escola e relacionamento interpessoal. Além disso, a atividade proporcionaria um exercício de compromisso e responsabilidade, uma vez que parte dela seria feita na casa de cada participante. Contudo, não pudemos alcançar todos os objetivos propostos, visto que outros encontros não foram realizados pelo fato de os encontros com os grupos terem sido agendados para as quintas-feiras, no horário da Chamada Geral. Ademais, outros eventos escolares também foram combinados para o mesmo horário, tornando inviável a realização das atividades em grupo.

A despeito das intercorrências relacionadas com as propostas para os trabalhos em grupo, os objetivos propostos para esta prática de estágio foram alcançados.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

Os plantões foram realizados em um contexto de retorno às atividades presenciais, após os períodos agudos da pandemia causada pela Covid-19. Sendo

assim, muitos conteúdos que já circulavam pelas instituições de ensino mostraram-se intensificados.

Em um contexto social incerto, instável e propício à ocorrência de diversas crises em termos de Saúde Mental, coube ao plantão psicológico instaurar espaços de escuta e de circulação da palavra, capazes de acolher os sujeitos naquilo que os afligia e, assim, promover reflexão, construção de significações e, conseqüentemente, saúde (Ferro & Antunes, 2015).

Em meio às exigências escolares, os estudantes procuraram os plantões por vários motivos, para falar acerca de questões educacionais, como dificuldades de se concentrar nos conteúdos, estresse frente às demandas escolares, insatisfação com o colégio e/ou medo de não se sair bem nas avaliações; e também para falar de acontecimentos de ordem pessoal e subjetiva. Fragilidades dos vínculos em diferentes espaços de vida, sensação de abandono e queixas sobre situações de violência estiveram presentes em grande parte dos casos.

Constatamos que o Plantão Psicológico, posto em funcionamento como modalidade de atendimento em Psicologia Escolar, constitui-se como espaço privilegiado de intervenção e de prevenção, visto seu potencial para enfrentar o aumento dos casos ansiedade e de outros males de ordem psicossocial (Araújo & Rocinholi, 2019).

Seguimos em busca de alternativas para lidarmos com as demandas urgentes nos espaços escolares. Apostamos em ações capazes de aliar dispositivos de acolhimento individual e coletivo no contexto escolar.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, M. A. M. (Jul/Dez 2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, 469–475.
- Araújo, S. M. S., & de Fátima Rocinholi., L. (2019). Cartografias do Plantão Psicológico para adolescentes em contexto escolar. Em M. T. e. Durange. (Org.), *Cartografias do Plantão Psicológico para adolescentes em contexto escolar*. (p. 180). CRV.
- Bezerra, E. N., (2014). Plantão psicológico como modalidade de atendimento em

Psicologia Escolar: limites e possibilidades. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 129–143.

Conselho Federal de Psicologia. (14 de setembro de 2007). RESOLUÇÃO CFP N.º 013/2007. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. *Brasília (DF)*. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao\\_CFP\\_nx\\_013-2007.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf)

Ferro, A. S., & Antunes, A. A. (2015). Plantão Psicológico: A construção de um “projeto” sobre as vicissitudes humanas no espaço educacional, narrando a intertextualidade de uma experiência psicológica no Instituto Federal de Goiás. *Revista EIXO*.



## PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM DIÁLOGO E INTERAÇÃO

Lívia Ferreira Furtado  
[livia.furtado@uft.edu.br](mailto:livia.furtado@uft.edu.br)  
Luana Bogo Monteiro da Silva  
[luana.bogo@mail.uft.edu.br](mailto:luana.bogo@mail.uft.edu.br)  
Maria Luiza Kuhnen Kós Araújo  
[maria.kuhnen@mail.uft.edu.br](mailto:maria.kuhnen@mail.uft.edu.br)  
Mirian Carneiro Brito  
[mirian.brito@mail.uft.edu.br](mailto:mirian.brito@mail.uft.edu.br)  
Ladislau Ribeiro do Nascimento (UFT)  
[ladislaunascimento@mail.uft.edu.br](mailto:ladislaunascimento@mail.uft.edu.br)

**Resumo:** A Psicologia Escolar e Educacional (PEE) vem sendo convocada para lidar com diversas demandas nos espaços escolares, dentre as quais podemos destacar: dificuldades de aprendizagem, conflitos interpessoais e fenômenos associados com a Saúde Mental. No presente trabalho, realizado no âmbito das práticas de estágio do Núcleo Comum I, atuamos na Educação para Jovens e Adultos (EJA), em Palmas-TO. O trabalho envolveu cinco escolas municipais. Realizamos três encontros em cada escola. Em todas as ocasiões, adotamos um tema para cada: (1) conhecimento de si; (2) conhecimento do outro; (3) tomada de decisão. Convidamos alunos, professores e servidores das escolas. Ao longo de todo o processo de intervenção, percebemos os efeitos dos processos de estigmatização que atravessam corpos e subjetividades nos espaços escolares. As intervenções viabilizaram diálogo, pensamento crítico e promoção de saúde ao romperem com as práticas assujeitadoras e estigmatizantes sustentadas por discursos propagados em meio às relações de poder engendradas no contexto escolar. A partir dessa atuação pudemos compreender a importância da PEE como área de atuação estratégica para subvertemos os modos de subjetividade calcados em práticas e discursos contrários aos valores democráticos, tais como: respeito, liberdade e justiça.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar e Educacional; Educação de Jovens e Adultos; Intervenção; Estágio.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata uma experiência de intervenção realizada em cinco escolas municipais da capital do Tocantins, no âmbito do Estágio de Núcleo Comum I, com início e término no primeiro semestre de 2022, sob supervisão do professor Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento.

Em articulação com um programa municipal voltado para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Palmas, realizamos três

encontros em cada escola. Cada encontro foi planejado de acordo com um eixo: (1) conhecimento de si; (2) conhecimento do outro; (3) tomada de decisão. Os eixos foram articulados através do tema central do estágio: *Psicologia e Educação de Jovens e Adultos em Diálogo e Interação*.

A intervenção foi planejada em consonância com os objetivos do referido programa e com os pressupostos da Psicologia Escolar e Educacional (Antunes, 2008). Deste modo, buscamos colaborar para sensibilizar a comunidade acerca do valor da educação; construir senso de pertencimento na comunidade escolar; reduzir os índices de evasão escolar de analfabetismo funcional.

## **MÉTODO**

Em um primeiro momento, apoiamo-nos na análise institucional (Baremblytt, 1996) a fim de compreender movimentos, expressões e outros aspectos da instituição em que estávamos inseridas. Adotamos estratégias interventivas e criativas com o intuito de provocar movimentos na escola, dentre as quais destacamos, escuta ativa dos estudantes, abertura de espaços de diálogo, jogos interativos e dinâmicas de grupo.

Após entregarmos cartas-convite para diretores das escolas que participariam do projeto de intervenção, demos início ao trabalho. Realizamos três encontros em cada uma das cinco escolas onde as práticas foram desenvolvidas. De um modo geral, os participantes eram alunos. Entretanto, em algumas escolas contamos com a participação de professores. O primeiro momento foi intitulado Acolhimento e Conhecimento de Si. Realizamos dinâmicas e rodas de conversa para acolher e fomentar reflexões e olhares sobre si mesmo entre os participantes. As atividades consideraram a relevância das trocas e das partilhas nos grupos, além de terem estimulado o resgate de vivências e experiências cotidianas através de processos de memórias (Bosi, 1996). Nessa etapa visamos que fizessem o exercício de se perceberem como pessoas que podem pensar sobre questões complexas acerca de si mesmos, visto que no dia-a-dia essas reflexões se perdem em meio a urgências e obrigações.

No segundo momento, denominado Reconhecimento do Outro e da Realidade, aplicamos dinâmicas de grupo e fizemos rodas de conversa para levar os

participantes ao exercício de reflexões e à produção de análises sobre a própria realidade cotidiana. Além disso, buscamos criar possibilidades para que houvesse o reconhecimento acerca da importância do *outro* nos encontros e nas experiências cotidianas. Valorizamos a diferença e a singularidade em cada grupo. Essa etapa voltou-se para o fortalecimento do sentimento de pertencimento no ambiente escolar e para a construção de vínculos.

No último encontro, denominado Tomada de Decisão e Encerramento, estimulamos os presentes a pensarem sobre seus talentos e suas potencialidades, com vistas ao planejamento de ações futuras, levando-os a refletirem sobre a importância da educação na construção dos seus projetos de vida. Ademais, conduzimos cada grupo para o encerramento das atividades de estágio, em momentos permeados por afeto e cuidado.

Ao final das intervenções redigimos uma carta devolutiva para lermos para os diretores de cada instituição participante. Nas devolutivas ressaltamos aspectos positivos e pontuamos aspectos que poderiam ser revisitados pelas equipes escolares a fim de tornarem as respectivas escolas cada vez mais propícias para a formação educativa.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Em todas as escolas, tivemos a oportunidade de refletir sobre as expectativas das estagiárias e dos participantes. A princípio, estes mostravam-se posicionados como se fossem participar de mais uma ação pedagógica pautada no modelo tradicional. Quase sempre quietos e inibidos, aos poucos sentiam-se confiáveis e livres para se expressarem diante dos pares e das estagiárias. Quando participaram das atividades voltadas ao conhecimento de si, uma grande quantidade de participantes não conseguia reconhecer suas qualidades. Tivemos a impressão de que aquele público, de um modo geral, sofre as consequências do estigma social enfrentado pela população pobre e periférica inserida na educação pública. A esse respeito, lembramos do trabalho de Goffman (1988), para quem

(...) a noção de estigma é compreendida como um atributo que implica desvalorização, inferioridade e situa a pessoa em uma posição de desvantagem. A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo

percebe que um dos seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um portador dele (p.17).

Ao longo dos encontros e das supervisões, ponderamos sobre o sentimento de vergonha e a desvalorização de si e do outro tão presentes naquela realidade social. Em alguns momentos, inclusive, professoras e professores propagavam discursos com potencial para intensificar o sentimento de desvalia nos estudantes. Parecia haver um distanciamento social entre docentes e discentes, sobretudo no campo dos discursos.

Miranda (2008) traz uma importante reflexão acerca da relação entre professor-aluno e seus atravessamentos. O autor considera o aspecto emocional desta relação e atribui peso significativo para a posição ocupada pelo professor quando este se coloca diante do aluno. Segundo o autor, além de desempenharem o papel de mediadores, os docentes devem adotar atitudes orientadas por valores humanísticos, tendo em conta a sua influência na vida dos sujeitos. Em outras palavras, Miranda (2008) nos alerta sobre a necessidade de os professores se conscientizarem acerca de seus papéis e de sua responsabilidade no processo de transformação social da realidade.

No entanto, conforme observamos durante as visitas às escolas, muitas vezes os professores participam na produção de estigmas. Faz-se necessário dizer, contudo, que em uma escola tivemos oportunidade de observar relações professor-aluno sustentadas por vínculos afetivos mediados por valores como respeito e compromisso. Há de se considerar, portanto, a singularidade que marca as relações nas diferentes escolas. Não podemos generalizar. Sabemos dos riscos de incorrerem no equívoco de reproduzir práticas estigmatizantes tão frequentes no campo educacional.

Nas intervenções realizadas nos contextos escolares, a participação da comunidade escolar como um todo se faz necessária. O envolvimento de diferentes grupos que estruturam uma instituição pode fomentar a produção de análises coletivas e levar seus membros ao engajamento em processos de gestão autônoma. Tal resultado é possível quando grupos envolvidos em práticas de análise e de intervenção institucional tornam-se protagonistas de suas demandas, e se articulam a fim de produzir instrumentos para melhoria de suas vidas (Baremblytt, 1996).

Sem a participação da comunidade os objetivos da intervenção não teriam sido alcançados. Nas cartas-convite entregues para cada diretor antes das intervenções havia um trecho enfatizado pelas estagiárias aos preceptores: “para que alcancemos os melhores resultados contamos com o apoio dos gestores e colaboradores da escola, visto que, como agentes do dia-a-dia institucional conhecem as necessidades e potencialidades dos alunos”. Todavia, vale ressaltar que em algumas escolas a participação dos professores foi menor do que em outras. Apesar da ausência de participação docente em algumas escolas, destacamos o fato de funcionários responsáveis pelos serviços gerais terem participado de todas as intervenções. A propósito, em alguns momentos pudemos notar significativas expressões de afeto entre este público e os alunos.

Destacamos outro aspecto proeminente nas instituições escolares: a violência. Manifesta por meio de gestos, discursos e comportamentos, invariavelmente, a violência foi atribuída aos alunos. Entretanto, por meio dos encontros no campo e das supervisões de estágio compreendemos tal fenômeno como uma produção complexa, derivada de construções sociais, históricas e institucionais capazes de gerar mal-estar, conflitos interpessoais, evasão escolar, dentre outros problemas. A violência foi compreendida como fenômeno produzido e reproduzido sob influência da opressão inerente ao modo de produção capitalista (Bourdieu, 2012).

Paulo Freire nos ensinou desde algum tempo que em uma sociedade de classes, excludente e violenta, “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor” (Freire, 1987). Essa frase tão conhecida foi posta em discussão quando as estagiárias sentiram distanciamento na relação professor-aluno, apesar de ambos os grupos pertencerem a uma camada social desprivilegiada dos pontos de vista social e econômico.

O distanciamento mencionado ganha sustentação na própria instituição, com seus dispositivos voltados para garantir a preservação da ordem através do controle. Durante os encontros, percebemos o desconforto de alguns alunos com a ideia de participarem ativamente das atividades propostas. Teve-se a impressão de que a escola não propicia espaços de expressão aos alunos.

Segundo Brighente e Mesquita (2016), a disciplina é uma forma de poder capaz de transformar sujeitos em meros objetos. O seu poder se intensifica na medida em que os seus processos de objetificação transformam os indivíduos em seu próprio instrumento de disciplinamento. Deste modo, a escola se apresenta como espaço privilegiado para disciplinar mentes e corpos (Foucault, 2009). As estagiárias perceberam a disciplina na escola como produção e resultado de um mecanismo presente no dia-a-dia. A disciplina escolar desconsidera, em geral, desejos, histórias, saberes, conhecimentos, singularidades e maneiras legítimas de expressão que não se enquadrem aos padrões instituídos pela norma escolar.

Supomos que as resistências e a inibição nos momentos em que estudantes eram convidados para a participação associam-se ao fato de não estarem habituados às situações em que há circulação da palavra, diálogo ou partilhas no contexto escolar. A fim de enfrentar essa realidade caracterizada pelo silenciamento e pelo controle dos alunos, propusemos rupturas com a ordem instituída.

As intervenções viabilizaram diálogo, pensamento crítico e promoção de saúde ao romperem com as práticas assujeitadoras e estigmatizantes frequentes no contexto escolar. Trabalhamos para promover “a circulação menos restritiva da palavra e de corpos, abrindo as relações para múltiplas conexões potencializadoras da transformação da realidade dos grupos e das subjetividades” (Rossi e Passos, 2014, p.165).

Tivemos oportunidade de acompanhar movimentos de mudança nos grupos. Em um primeiro momento, salientaram-se inibições, silêncios e resistência frente aos convites para a participação. Mais adiante, todavia, percebemos mudanças dos grupos em relação aos modos de participação adotados. Aos poucos, percebemos os participantes mais motivados e encorajados para a fala e para a participação como um todo.

O estágio nos mostrou a importância da psicologia escolar como área de atuação em que podemos lançar mão de ferramentas e práticas potentes para desafiar a ordem instituída como estratégia de assujeitamento e preservação do *status quo*. Futuros trabalhos mostram-se necessários para fortalecermos cada vez mais a relação de parceria entre representantes da psicologia e da Educação.

Seguimos em busca de novos rumos para fortalecermos o encontro da Psicologia com a Educação.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, 12, 469-475.
- Baremblytt, G. F. (1996). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*, 3 ed., Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (2012). *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Brighente, M. F., & Mesquida, P. (2016). Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. *Pro-Posições*, 27, 155-177.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*, 36. ed. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, 4, Rio de Janeiro: LTC.
- Miranda, E.D.S. (2008). A influência da relação professor-aluno para o processo de ensino-aprendizagem no contexto afetividade. *8º Encontro de Iniciação Científica. 8º Mostra de Pós Graduação. Seção de artigos*. FAFIUV.
- Rossi, A., & Passos, E. (2014). Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista Epos*, 5(1), 156-181.

## CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Millena Barbosa Menezes (UFT)  
[millena.menezes@mail.uft.edu.br](mailto:millena.menezes@mail.uft.edu.br)  
Késia Kauane Pereira Santos (UFT)  
[kesia.kauane@mail.uft.edu.br](mailto:kesia.kauane@mail.uft.edu.br)  
Daniele Vasco Santos (UFT)  
[vasco.daniele@mail.uft.edu.br](mailto:vasco.daniele@mail.uft.edu.br)

**Resumo:** Este trabalho apresenta um relato de experiência de Estágio Supervisionado em Psicologia, realizado em uma escola municipal, em Miracema do Tocantins (TO), na transição do ensino remoto para o retorno do ensino presencial. Para tanto, foram utilizadas as ferramentas teórico-metodológicas da Análise Institucional e da Psicologia Escolar e Educacional, na qual a primeira refere-se à forma como compreendemos e intervimos em grupos e instituições, e a segunda compete à atuação profissional e à área do conhecimento. A partir de análises das demandas e dos acontecimentos institucionais, sociais, culturais e políticos, no contexto da pandemia da COVID- 19, uma turma de educação infantil foi eleita para o desenvolvimento de intervenções grupais objetivando favorecer a compreensão das necessidades dos alunos no retorno às aulas presenciais a partir de uma perspectiva não medicalizante. Conclui-se que a importância do estágio na formação acadêmica residiu em compreender e contribuir com os processos de ensino-aprendizagem presentes na turma, no retorno das aulas presenciais, envolvendo os sujeitos que aprendem, sujeitos que ensinam, a relação entre ambos e os contextos de vida.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar e Educacional; Análise Institucional; Pandemia da COVID-19.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um relato de experiência de Estágio Supervisionado em Psicologia, realizado em uma escola municipal, em Miracema do Tocantins (TO), na transição do ensino remoto para o retorno do ensino presencial.

A pandemia do COVID-19 impactou de forma significativa a educação, o bem-estar e a aprendizagem de crianças em idade escolar, principalmente da educação infantil, devido ao fechamento das escolas, ao distanciamento social e à falta de políticas públicas destinadas à implementação de atividades remotas para as redes públicas de educação, diferentemente da rede privada, a qual foi mais privilegiada nesse sentido.



A educação infantil é a primeira etapa da educação básica em que crianças de zero a cinco anos de idade experimentam o primeiro contato com a vida escolar em complemento com a educação recebida na família e na sociedade. Nesse sentido, no que tange a educação infantil, antes mesmo da pandemia e do fechamento das escolas, o desenvolvimento inicial das crianças e a sua evolução no decurso dos primeiros anos de escolarização são essenciais para o seu sucesso a posteriori (Koslinski & Bartholo, 2021).

A Psicologia Escolar e Educacional caracteriza-se como um campo de interseção entre a Psicologia e a Educação, no qual as ações da(o) profissional, segundo o CREPOP (2019), devem se pautar na consolidação de uma gestão educacional democrática, de forma a considerar todos os agentes envolvidos na comunidade escolar e em formas eficazes de acompanhamento do processo de escolarização. Nesse sentido, a psicóloga(o) deve se embasar na compreensão da dimensão subjetiva do processo ensino-aprendizagem, logo, questões referentes ao desenvolvimento, à aprendizagem, à socialização, relações afetivas, sentimentos, significados, identificações, entre outras, são importantes para o entendimento e valorização das pessoas implicadas nas relações escolares (CREPOP, 2019).

Entende-se educação como uma prática social humanizadora com o objetivo de transmitir a cultura construída historicamente pelas sociedades, assim, a Psicologia Escola Educacional refere-se a uma sub-área da psicologia que pressupõe o desenvolvimento de conhecimentos relacionados aos fenômenos psicológicos integrantes do processo educativo (Antunes, 2008). Por outro lado, a escola é uma instituição que foi originada a partir das necessidades produzidas por sociedades que necessitavam de uma formação específica para os sujeitos devido à complexidade progressiva ao longo da história, com a finalidade de “promover a universalização do acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, criando condições para a aprendizagem e para o desenvolvimento de todos os membros da sociedade” (Antunes, 2008, p.470), além de “socializar conhecimentos e experiências produzidos pela humanidade, problematizando as dimensões de classe, cultura, religião, as relações de gênero e étnico-raciais (...), dos conhecimentos historicamente produzidos”. (CREPOP, 2019, p. 43).

Segundo Marinho-Araújo (2010), a(o) psicóloga(o) possui o poder e o dever de transformação da sociedade a partir de ações comprometidas com as demandas

sociais, a partir da conscientização das possibilidades prospectivas; postura crítica diante do homem, do mundo e da sociedade; estratégias interdisciplinares de comunicação e ação que integrem e legitimem a intervenção; lucidez sobre a função político-social transformadora de sua profissão. Segundo Nasciutti (apud Campos, 1996, pp.109-110), ao analisar a instituição, o psicossociólogo “vai dirigir seu olhar tanto para o que é de ordem do instituído (...), quanto para o que é de ordem funcional (...), assim como procurará apreender o que é da ordem do sujeito e das relações interpessoais”.

Nessa perspectiva que se deram as análises e práticas de estágio na disciplina Estágio Básico I do curso de Psicologia em uma escola municipal em de Miracema do Tocantins, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), cujos objetivos foram o fomento do exercício das competências básicas, de caráter científico e profissional, para a atuação em diferentes contextos institucionais e sociais; a compreensão de aspectos éticos que emergem no cotidiano da prática profissional e exercitar a construção de condutas utilizando códigos éticos vigentes; a elaboração, proposição e realização de intervenções psicológicas com indivíduos, grupos, comunidades, organizações e sociedade; e o desenvolvimento de habilidades para atuação em equipes multiprofissionais.

## **MÉTODO**

As ferramentas teórico-metodológicas que versam sobre este trabalho são as da Psicologia Escolar e Educacional e da Análise Institucional. A Psicologia Escolar e Educacional caracteriza-se por ser um campo de atuação da psicologia, em que a psicologia educacional refere-se aos fundamentos científicos e área do conhecimento e a psicologia escolar como uma “modalidade de atuação profissional que tem no processo de escolarização seu campo de ação (Antunes, 2008, p. 469). A Análise Institucional, por outro lado, é uma maneira de se entender o que são as relações instituídas e uma forma de compreender e intervir em grupos e organizações (Guirado, 2009).

Devido à pandemia do vírus Sars-Cov-2 (COVID-19), a escola não contava com aulas presenciais desde o início de 2020 e, além disso, em novembro de 2021, a instituição iniciou um processo de reforma - o que postergou o início das aulas em mais alguns meses. Desse modo, não houve aulas presenciais até o início de maio

de 2022, quando foi inaugurada a escola após a reforma.

A partir de análises das demandas e dos acontecimentos institucionais, sociais, culturais e políticos, no contexto da pandemia da COVID19, elegeu-se uma turma de educação infantil para o desenvolvimento de intervenções psicossociais grupais a fim de favorecer a compreensão das necessidades dos alunos no retorno às aulas presenciais a partir de uma perspectiva não medicalizante. Segundo Neiva (2010), a intervenção psicossocial surgiu alicerçada nos tripés ciência, pesquisa e ação, a qual objetiva possibilitar melhores condições humanas e de qualidade de vida e a interação sujeito-meio social, podendo abranger diferentes áreas: saúde mental, política, economia, educação.

Em consonância com a autora, a intervenção possui preocupação em gerar mudança e desenvolvimento e possui foco em grupos, instituições e comunidades. Nesse sentido, para que uma intervenção possa ser planejada, é necessário que se conheça (se existir) a demanda do grupo-alvo, no caso, a turma do Pré-II. Neiva (2010) explica que nem sempre a demanda parte espontaneamente do grupo, na verdade, é comum que ela seja desencadeada pela oferta do interventor - que também pode fazer emergir as demandas. Assim, é de suma importância que se analise como surgiu a demanda, se houve um encaminhamento, por parte de quem, como se deu e com qual justificativa.

Desse modo, os objetivos das intervenções psicológicas foram favorecer a compreensão das necessidades dos alunos no retorno às aulas presenciais a partir de uma perspectiva não medicalizante; compreender e contribuir com os processos de ensino-aprendizagem presentes na turma, no retorno das aulas presenciais, envolvendo os sujeitos que aprendem, sujeitos que ensinam, a relação entre ambos e os contextos de vida; possibilitar espaço de escuta sobre os afetos relacionados ao espaço de escolarização e proporcionar o fortalecimento das redes interpessoais dentro da escola, através de uma comunicação clara, aberta e ampla.

A turma na qual as intervenções foram realizadas, era composta por 25 alunos, entre quatro e cinco anos que estavam no início do processo de pré-alfabetização, foram feitas intervenções que envolvessem principalmente o brincar, o acolhimento, o desenvolvimento, a capacidade motora, a linguagem artística e oral. Os encontros e as intervenções aconteceram uma vez por semana no período de aproximadamente três meses.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir do levantamento das demandas da instituição, da professora e dos alunos, foram pensadas e realizadas intervenções, as quais foram avaliadas positiva e favoravelmente. É importante salientar que o papel da(o) psicóloga(o) e da(o) estagiária(o) no ambiente escolar com a educação infantil difere do ensino fundamental, ensino médio e outros níveis de escolaridade, visto que exige abordagens e metodologias diversificadas, mais lúdicas e que envolvam brincadeiras. Segundo Delvan, Ramos e Dias (2002), a principal função da educação infantil é a preparação dos alunos para o ensino fundamental e o seu desenvolvimento integral por meio de novas experiências e conhecimentos.

Assim, Souza (1996) afirma a importância do brincar e da linguagem para o desenvolvimento da criança, pois esses meios favorecem a manifestação de comportamentos mais complexos do que os apresentados cotidianamente, de criatividade, de interpretação. Além disso, pretendeu-se voltar as intervenções para temas que envolvessem a socialização, integração, convívio social, reflexão e raciocínio.

Foi possível perceber a criação de vínculo e aliança entre os alunos, professora e estagiárias, as oportunidades de escuta e os benefícios de dar voz aos alunos. Ademais, através das dinâmicas executadas e das escutas, notou-se que a rede de apoio, os fatores sociais, econômicos e culturais interferem diretamente no aprendizado de cada aluno, no seu modo de aprender e de compreender o mundo, principalmente após a pandemia do COVID-19. Segundo um estudo realizado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2021), alunos com maior vulnerabilidade social têm maior risco relacionado à saúde mental, enquanto que crianças com maior nível socioeconômico possuem menos chance de apresentarem problemas emocionais e de saúde mental.

A psicologia, em parceria com a comunidade escolar, também possui o objetivo de promover o desenvolvimento pedagógico dos alunos, assim, para além dos encontros com alunos, foi fundamental o diálogo e interação com a professora e equipe pedagógica escolar para a compreensão dos objetivos, planos e demandas da turma. Nessa direção, o CREPOP (2019) afirma que a psicologia contribui

substancialmente para a superação de análises individualizantes e medicalizantes através de reflexões sobre a complexidade das relações sociais que incidem nos processos de aprendizagem e o trabalho em conjunto com professores e a comunidade escolar, logo, a(o) psicóloga(o) “pode possibilitar o reconhecimento das dificuldades de aprendizado, evasão escolar, violência nas escolas, dentre outros” (p.9).

A realização das atividades e intervenções só foi possível porque, devido à partilha de vínculo, da aliança criada e das relações tecidas, a escola nos incluiu no seu meio e tornou a experiência de estágio em algo além de aprendizado teórico e prático, possibilitando o desenvolvimento de um olhar crítico e analítico da psicologia e dos processos educacionais. A experiência de estágio contribuiu consideravelmente para a formação acadêmica no que tange às limitações e possibilidades de atuação da psicologia no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, M. A. M (2008). *Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas*. *Psicologia Escolar e Educacional* [online], 12(2), 469-475. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>.
- Campos, R. H. de F. (1996). A psicologia social comunitária . In: CAMPOS, R. H. de F. (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, Ed. Vozes CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) (2019). *Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica*. Brasília.
- Delvan, Josiane da Silva, Ramos, Maria Cecília, & Dias, Morgana Brocardo. (2002). *A psicologia escolar/educacional na educação infantil: o relato de uma experiência com pais e educadoras*. *Psicologia: teoria e prática*, 4(1), 49-60. Recuperado em 04 de julho de 2022, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872002000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872002000100006&lng=pt&tlng=pt).
- Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2021). *O impacto da pandemia da Covid-19 no aprendizado e bem-estar das crianças*.
- Guirado, M. (2009). *Psicologia institucional: o exercício da psicologia como instituição*. *Interação em Psicologia*, 13(2). doi: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v13i2.9447>.

- Koslinski, M. C., & Bartholo, T. L. (2021). *A pandemia e as desigualdades de oportunidades de aprendizagem na educação infantil*. Estudos Em Avaliação Educacional, 32. <https://doi.org/10.18222/eaee.v32.8314>
- Neiva, K. M. C. (2010). *Intervenção psicossocial: aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas*. São Paulo: Vetor
- Souza, S. J. (1996). *Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância*. In S. Kramer, & M. I. Leite (Orgs.), *Infância: fios e desafios da pesquisa* (pp. 39-55). Campinas, SP: Papirus.

## PANDEMIA E O RETORNO PRESENCIAL ÀS AULAS: uma experiência em Psicologia Escolar e Educacional.

Débora da Gama Matos (UFT)

[debora.matos@mail.uft.edu.br](mailto:debora.matos@mail.uft.edu.br)

Mateus Araujo de Oliveira (UFT)

[mateus.araujo1@mail.uft.edu.br](mailto:mateus.araujo1@mail.uft.edu.br)

Daniele Vasco Santos (UFT)

[vasco.daniele@mail.uft.edu.br](mailto:vasco.daniele@mail.uft.edu.br)

**Resumo:** Este trabalho relata práticas de Estágio Supervisionado em Psicologia realizado em uma escola municipal de ensino fundamental, situada em Miracema do Tocantins, no retorno às aulas presenciais, no contexto da pandemia da COVID-19. O caminho teórico-metodológico adotado foi Análise Institucional e Psicologia Escolar e Educacional, por meio do qual a entrada, trânsito e ocupação dos/as estagiárias/os nos espaços escolares analisou-se aspectos relacionais entre gestão escolar, professores/as, alunas/os, famílias e contexto social. Como principais demandas, identificadas em colaboração com alunas/os, professores/as, coordenação pedagógica e direção escolar, por meio de processos de autoanálise e autogestão, foram questões voltadas ao processo de leitura e escrita, resultantes da suspensão da escolarização presencial por dois (02) anos, e questões envolvendo práticas de violência, como xingamentos e brincadeiras consideradas agressivas. Nesse sentido, foram propostas rodas de conversa em sala de aula e a intervenção grupal intitulada “Laboratório de Aprendizagens Inventivas”, objetivando a circulação da palavra e afetos para o fortalecimento da posição dos/as envolvidos/as como agentes transformadores/as dos espaços que estão inseridos/as. Conclui-se que o trabalho desenvolvido desponta como dispositivo escolar potente para a promoção do pertencimento, autoconhecimento e potência inventiva, ressignificando assim as experiências escolares.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar e Educacional; Análise Institucional; Autoanálise e Autogestão; Pandemia da COVID-19.

### INTRODUÇÃO

Práticas de estágio no campo de atuação são ferramentas importantes no processo de formação dos profissionais, independente da área. Este resumo estendido diz respeito à experiência de Estágio Supervisionado em Psicologia, realizado em uma instituição escolar de ensino fundamental situada na cidade de Miracema do Tocantins.

O estágio teve como objetivo geral a promoção do exercício das competências básicas para atuação em diversos contextos do psicólogo escolar e educacional; a compreensão dos aspectos éticos que emergem no cotidiano da prática profissional;

o exercício da atuação profissional ética e cuidadosa; o favorecimento do desenvolvimento de vínculos no ambiente de atuação e a flexibilidade na elaboração das propostas interventivas.

O psicólogo nas instituições educacionais não é uma realidade atual. As práticas da psicologia no contexto escolar tradicionalmente voltam-se ao trabalho em prol de objetivos individuais, que muitas vezes patologizam, diagnosticam, segregam e padronizam os sujeitos. Com a recente aprovação da Lei 13.935 de Dezembro de 2019, psicólogos e assistentes sociais são profissionais que devem estar dentro das escolas, de forma multiprofissional, visando o trabalho coletivo na instituição.

No Art 1º da Lei, tanto o inciso primeiro quanto no segundo, o trabalho multiprofissional na rede pública de ensino é necessário, a fim de que resguarde o projeto político pedagógico de cada instituição e para que ações sejam desenvolvidas em prol da “[...] melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.” (Lei 13.935, 2019, p.1)

A seguir apresentamos os caminhos teórico-metodológicos adotados na realização das práticas de estágio, logo após, apresentamos os principais pontos observados nas idas a campo com suas respectivas intervenções realizadas na instituição. Por fim, tecemos breves considerações acerca da experiência de estágio, sobre os resultados das intervenções e sobre as suas contribuições para a formação enquanto futuros(as) psicólogos(as).

## **MÉTODO**

### **Psicologia Escolar e Educacional**

Situamos a escola, campo onde foi realizado o estágio, a partir dos embasamentos formulados pela Psicologia Escolar e Educacional que considera os fatores extramuros como aspectos que influenciam diretamente no processo educativo das crianças, tais como fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Essa visão dinâmica dos processos escolares reflete na adaptabilidade das práticas da Psicologia que devem se transformar conforme o ambiente escolar se transforma (Antunes, 2012).

Na Pandemia da COVID-19 tornou-se cada vez mais necessário a atuação do psicólogo nas escolas, para promover aos profissionais e alunos acolhimento,



intervenções e também o trabalho inter e multiprofissional. Quanto ao aprender, processo essencial no desenvolvimento de qualquer criança, foi extremamente prejudicado na pandemia da COVID-19. Nesse sentido,

Há ainda outros obstáculos graves, especialmente para alunos e professores mais empobrecidos, muitos deles localizados na periferia das grandes cidades ou na zona rural. Faltam computadores, aparelhos de telefonia móvel, software e Internet de boa qualidade, recursos imprescindíveis para um EAD que resulte em aprendizagem. (Dias & Pinto, 2020, p.546)

O cenário descrito pelos autores coaduna-se com os acontecimentos sociais emergentes no município do Tocantins onde foi realizado o estágio supervisionado. As atividades eram adaptadas por meio de roteiros de exercícios entregues aos responsáveis das crianças, essas atividades nem sempre eram respondidas pelos alunos. Segundo Casarin e Ramos (2007), a família é um importante mecanismo de transmissão de conhecimento, mas com o advento do capitalismo e distribuição de cargos, ficou difícil acompanhar a educação dos filhos, pois cada vez mais as famílias passam menor tempo em casa. É neste sentido a psicologia escolar e educacional busca entender por meio da leitura sobre o mundo, minorar as consequências do fracasso escolar, promovendo intervenções junto à escola, família e rede de serviços dos municípios.

### **Análise Institucional**

A análise institucional foi utilizada como metodologia para as observações e levantamento das demandas, a fim de que pudéssemos realizar intervenções de acordo com a necessidade real da instituição. As instituições são, segundo Baremblytt (2002), elementos abstratos, pensados com base em leis e valores, já os dispositivos são concretos e colocam em prática os elementos bases da instituição. A instituição aqui estudada é a educação e o dispositivo é a escola, campo de estágio. O conceito de instituição nos ajuda a compreender os territórios escolares como campos de forças instituintes, forças instituintes fazem parte do “[...] movimento de criação: é a capacidade de inventar novas formas de relação” (Guirrado, 2004, p.30),

É de suma importância que haja na escola um processo denominado auto-análise e autogestão. Auto-análise consiste no processo de protagonizar os problemas, necessidades, interesses e demandas, a fim de que a organização e a articulação da equipe por melhorias seja produzida e realizada pela mesma equipe

que compõe o dispositivo escolar, já a autogestão consiste no processo de deliberações e decisões a serem tomadas no coletivo, constituindo um saber coletivo igual, sem relações de poder sobre a vontade do coletivo em detrimento do desejo individual (Baremlitt, 2002).

Nas instituições, segundo Bleger (1989) é necessário manter trabalhos grupais criteriosamente com saúde mental, uma vez que as atividades realizadas nos grupos, que podem ser cotidianas ou não, demandam a promoção de bem estar dos sujeitos envolvidos nas atividades da instituição. Nesse sentido, a escola não deve funcionar apenas como uma máquina de ensinar, com espaços próprios, tarefas e deveres específicos, desconsiderando os indivíduos que nela estão para fazê-la funcionar. Deve-se atentar aos âmbitos relacionais e subjetivos do desenvolvimento da criança no processo escolar, âmbitos esses que por vezes são atravessados pelo econômico, social e histórico familiar do aluno. O processo de apenas ensinar, estabelece o processo de vigiar e de hierarquizar (Eizirik & Cormelato, 2004).

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

### **Laboratório de Aprendizagens Inventivas**

O Laboratório de Aprendizagens Inventivas diz respeito às atividades desenvolvidas com duração de 1h e 30min, 1 vez por semana, em grupos, coordenados pela supervisora e estagiárias/os. Foram utilizadas técnicas de dinâmica de grupo para os momentos voltados para todos participantes e nos momentos singularizados, produção de narrativas por meio de contação e criação de histórias.

Esse modelo de intervenção teve como objetivo, aproximar o estagiário da prática interdisciplinar do aprender. O laboratório buscou por meio dos 4 encontros realizados, fortalecer as práticas de ensino nas crianças que encontram-se com dificuldades na escrita e leitura, por meio, do contar história e da escrita/desenho livre, buscou-se potencializar o processo de aprendizagem dos alunos. Nesse processo, participam pais, professores, alunos e gestão. Desta feita, o processo de aprendizagem não deve ser entendido como um fenômeno de fator único, mas sim multifacetado.

## Intervenção em sala com roda de conversa

Antes de propormos alguma intervenção, faz-se necessário a observação e o levantamento das demandas. Observamos uma turma de 4º ano por 4 semanas. Na sala tudo seguiu conforme ordenamento, as filas de carteiras uma na frente das outras e o professor na frente falando e os alunos ouvindo. No 1º dia realizamos uma pequena dinâmica na hora da chamada, que consistiu em cada vez que o nome fosse chamado a criança ao invés de responder 'presente' respondesse com alguma coisa que fez quando não estava na escola durante a pandemia da COVID-19. Foram ditos: brinquei, joguei bola, joguei no celular, viajei, comi, dormi, brinquei várias vezes. Para Kastrup (2001), nós aprendemos através da arte, da descoberta, da dúvida, do problema, da resolução dos problemas, do INVENTAR. "Aprender não é adaptar-se a um ambiente dado, a um meio físico absoluto, mas envolve a criação do próprio mundo." (Kastrup, p. 21).

No 2º encontro continuamos com a observação da turma, como também participamos das atividades propostas pelo professor. Observamos que os alunos estavam precisando de espaço para falarem, uma vez que estar em sala para realizar atividades pedagógicas não lhes é proporcionado espaço de fala das expectativas e angústia do retorno às aulas presenciais. Com isso, pensamos na roda de conversa como uma alternativa para suprir a demanda do espaço de fala. Realizamos a primeira roda de conversa no 3º encontro com a turma, o local foi na sala com as carteiras em círculo, utilizamos um microfone como objeto da palavra.

Entende-se que a roda de conversa tem objetivos para além de palestras ou distribuições de fala. Segundo Sampaio et al. (2014), a roda de conversa é um espaço de troca e aprendizado de realidades forjadas pelo capitalismo, em suma, objetiva-se fortalecer os vínculos dos participantes por meio da fala dos mesmos, os autores entendem esse processo como Educação Libertadora, termo emprestado de Paulo Freire. Desta feita, a educação libertadora exacerba a autonomia do sujeito que por vezes é contraditória, simultaneamente transformado e transformador da sua realidade. As ideias de uma roda de conversa são, portanto, estimular a educação, a liberdade e a transformação da realidade dos sujeitos e das condições em que vivem (Sampaio et al., 2014).

A partir da roda de conversa, em que perguntamos acerca de como estavam se sentindo com o retorno às aulas de forma presencial, a principal demanda que surgiu foi a insatisfação de meninos e meninas com a forma violenta em que estavam brincando na hora do recreio, muitas vezes machucando uns aos outros. Propomos uma atividade para o 4º e último encontro, solicitamos que eles levassem 1 brincadeira na qual poderiam brincar sem se machucarem. Realizamos na quadra da escola uma roda de conversa, as crianças levaram brincadeiras e nós propomos uma dinâmica de cooperação, atentando a importância de cada um no processo do brincar e dando ênfase a possibilidade da produção de ressignificação de suas vivências e potencialidades dentro da escola.

Diferentemente de outras atividades grupais, os sujeitos podem se expressar nas rodas sem que seja necessário revelar seus segredos ou terem sua intimidade invadida (Figueiredo & Queiroz, 2013). Logo, é importante, pois “contribui para a construção do conhecimento, valoriza a relação dialógica entre os diferentes sujeitos, fazendo assim uma construção coletiva de saberes, respeitando as diferenças de cada um.” (Pedroso & Linhares, 2019, p. 3). Uma das falas de um dos participantes das rodas realizadas foi: “*Depois da nossa conversa estamos brincando de outras formas*”, portanto, através das rodas de conversa foi possível ouvir as crianças, elas foram ouvidas e elas se ouviram.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estágio de Núcleo comum I atingiu os objetivos propostos como competências básicas para atuação em diversos contextos, não apenas na área escolar. Não obstante, os aspectos éticos que emergiram no cotidiano da prática do estágio foram experimentados como exercício de reflexão constante, houve a possibilidade de atuação e de conhecer a instituição, bem como o desenvolvimento de vínculos com os gestores, professores e alunos. No que se refere às propostas interventivas, houve escutas a priori para levantamento de demandas e consequentemente criação de propostas interventivas.

A prática de Estágio de Núcleo Comum I foi de grande importância no processo formativo dos futuros profissionais. O trânsito dentro da instituição e o conhecimento dos processos institucionais, bem como uma visão ampliada sobre os processos de aprendizagem, refletem rigorosamente no cotidiano do estagiário na instituição, tendo

em vista o seu conhecimento teórico e prático adquiridos ao longo da formação acadêmica.

Por fim, percebe-se a importância do psicólogo escolar dentro da escola. Lutar pela implantação desse profissional nesse campo de atuação ainda se mostra como um grande desafio, mas é possível por meio de articulações com a categoria profissional e com os órgãos federais, estaduais e municipais, tendo como foco a implantação da Lei 13.935 de 2019.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional [online]*. 2008, v. 12, n. 2 [Acessado 4 Julho 2022] , pp. 469-475. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>>.
- Baremlitt, G. F. (2002) *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*, 5 ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari).
- Lei 13.935. (2019). Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília - Df. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm) Acesso em: 16 de Mai. 2022.
- Bleger, J. (1989). *Psico-higiene e psicologia institucional*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Casarin, N. E. F ; Ramos, M. B. J. (2007). Família e aprendizagem escolar. *Rev. psicopedag.* São Paulo , v. 24, n. 74, p. 182-201. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862007000200009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862007000200009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 04 jul. 2022.
- Dias, E; Pinto, F. C. F. (2020) A Educação e a Covid-19. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]*. V. 28, n. 108 [Acessado 4 Julho 2022] , pp. 545-554. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001>>.
- Eizirik, M.; Comerlato, D. (2004). Subjetividade e poder na escola. In: Eizirik, M e Comerlato, D. *A escola invisível: Jogos de poder, saber, verdade*. UFRGS Editora.
- Figueiredo, A. A. F.; Queiroz, T. N. (2013) A utilização de rodas de conversa como

metodologia que possibilita o diálogo. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10 Desafios Atuais Do Feminismo. *Anais Eletrônicos*. Florianópolis: UFSC. Disponível em:

[http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373241127\\_ARQUIVO\\_AUTILIZACAODERODASDECONVERSACOMOMETODOLOGIAQUEPOSSIBILITAODIALOGO.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373241127_ARQUIVO_AUTILIZACAODERODASDECONVERSACOMOMETODOLOGIAQUEPOSSIBILITAODIALOGO.pdf) Acesso em 04 de Jul. 2022.

Guirado, M. (2004) A análise institucional de Georges Lapassade. In: Guirado, Marlene. *Psicologia Institucional: em busca da especificidade de atuação do Psicólogo*. 2. Ed. São Paulo: EPU.

Kastrup, V. (2001). Aprendizagem, arte e invenção. *Rev. Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 1, p. 17-27, jan./jun.

Pedroso, P. A.; Linhares, A. M. (2019). A Importância Da Roda De Conversa Na Educação Infantil. *Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc*. Joaçaba. Disponível em:  
<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeuj/article/view/23134/13493> Acesso em 04 de Jul. 2022.

Sampaio, J. et al. (2014). Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. *Rev. Interface*. Botucatu, v. 18. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0264> Acesso em 04 de Jul. 2022.

## A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL E OS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO ÂMBITO ESCOLAR

Isabela Gomes de Oliveira (UFT)

[gomes.isabela@mail.uft.edu.br](mailto:gomes.isabela@mail.uft.edu.br)

Paula Alves Tavares (UFT)

[paula.alves@mail.uft.edu.br](mailto:paula.alves@mail.uft.edu.br)

Daniele Vasco Santos (UFT)

[vasco.daniele@mail.uft.edu.br](mailto:vasco.daniele@mail.uft.edu.br)

**Resumo:** O texto trata-se de uma das perspectivas do Estágio Supervisionado em Psicologia pela Professora Doutora Daniele Vasco com ênfase em Psicologia Escolar e Educacional. O trabalho ocorreu no decorrer do primeiro semestre de 2022 na escola Francisco Martins Noleto, localizada no município de Miracema do Tocantins. A exposição do mesmo se dá a fim de apresentar o papel da psicologia na instituição de ensino, demandas acolhidas durante a escuta, as intervenções aplicadas e o reflexo delas no cotidiano da equipe e alunos da escola. Para execução das atividades utilizou-se dos métodos de escuta, observação, rodas de conversa e preparação de proposta conjunta entre escola e universidade. Com isso, a psicologia no campo desse estágio escolar serviu como auxílio para o processo de alfabetização de crianças, levando em consideração a preocupação da escola com esse infante que sairia da instituição para o ingresso no ensino fundamental II, após os impactos de dois anos de ensino remoto. Também assistiu os profissionais da instituição que estão sempre em posição de cuidado do outro, porém, assim como os alunos, sofrem os impactos da pandemia do Covid-19 no luto, a desesperança e o medo.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar e Educacional; Análise Institucional; Pandemia da Covid-19.

### INTRODUÇÃO

Diante do contexto da Pandemia da COVID-19, as atividades escolares têm enfrentado desafios, mobilizando famílias, alunos/as, educadores/as e gestores/as, diante do retorno gradual às aulas presenciais após dois anos de medidas de quarentena, distanciamento físico, ausência das crianças no espaço escolar e de ensino remoto. O presente trabalho elege alguns desses desafios como foco de discussão, por via das experiências de práticas de Estágio Supervisionado em Psicologia, realizadas na transição do ensino remoto para o presencial, no contexto da pandemia da COVID-19, utilizando-se as ferramentas teórico-metodológicas da Psicologia Escolar e Educacional e da Análise Institucional.

Partindo do pressuposto de que a educação é constituída por múltiplos determinantes, dentre os quais os fatores de ordem psicológica; afirmamos junto com

Antunes (2007) que a Psicologia tem colaborações fundamentais para a Educação. Nesse contexto, os Estágios Supervisionados em Psicologia, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2011), buscam assegurar a consolidação e articulação de competências, habilidades e conhecimentos necessários ao exercício profissional, por meio do contato dos acadêmicos com situações, contextos e instituições.

As ferramentas teórico-conceituais da Análise Institucional (Bleger, 1984) possibilitam a compreensão psicossocial das instituições, além de auxiliar na definição de uma intervenção e o seu adequado foco, aliando-se às formulações advindas do campo da Psicologia Escolar e Educacional para potencializar processos de ensino-aprendizagem que acontecem no contexto escolar, entendidos estes processos de forma ampla e também complexa devido aos múltiplos fatores que neles intervêm, sendo estes não apenas de ordem pedagógica, mas também da ordem subjetiva, relacional e organizacional (Martinez, 2009).

## **MÉTODO**

Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades formativas, supervisionados por docentes da instituição formadora. Os objetivos traçados pelo estágio em tela trataram da promoção prática das competências básicas do psicólogo em diversos contextos institucionais e sociais, nesse caso Escolar e Educacional, nos níveis individual, grupal, organizacional e societal. Além disso, incluíram-se como objetivos o conhecimento das políticas públicas locais, a compreensão de aspectos éticos do cotidiano profissional, o desenvolvimento de vínculos intra-institucionais, a realização de intervenções a partir da análise de demandas do grupo, o desenvolvimento de habilidades para atuação em equipe multiprofissional, a atuação profissional com consistência teórico-metodológica e flexibilidade diante das mudanças.

Seu desenvolvimento se deu a partir dos momentos de atividades em campo, de supervisão e de planejamento. As atividades de campo foram compostas por observações, realização de conversas, oficinas. Nas supervisões as experiências dos/as estagiárias eram apresentadas e discutidas juntamente com a docente responsável pelo estágio possibilitando a problematização das relações experimentadas no cotidiano escolar, associando os referenciais teórico-metodológicos adotados e as experiências.



A instituição escolar escolhida para desenvolvimento do estágio oferta Ensino Infantil e Ensino Fundamental I em local urbano, mas atende infantes tanto da zona urbana quanto da rural. A escola que passou recentemente por uma reforma na estrutura física foi reaberta aos alunos e pais, no contexto da pandemia do COVID-19, em Maio de 2022, após dois anos de oferta de ensino na modalidade remota, com envio de caderno de atividades aos alunos.

Antes de tudo, é necessário frisar que a instituição é aquilo que rege as organizações, como a sua estrutura lógica. O conceito está no campo abstrato, pois é a constituição de leis, regras e normas do local, ou seja, está para além dos muros, grades e portões (Bleger, 1984).

Um dos primeiros passos adotados para realização de estágio foi percorrer o território escolar em seu cotidiano objetivando criar laços, habitar, transitar no ambiente estágio, nos servindo de sensações e interpretações para o início no campo das relações. Segundo Kastrup (2001), habitar um território é um processo que envolve o “perder tempo”, que implica errância e também assiduidade, resultando numa experiência direta e íntima com a matéria. Com isso, entende-se que o processo de criação de vínculo entre a instituição e as estagiárias pode ser sua primeira experiência de intervenção.

Habitar o território escolar permitiu a análise das encomendas endereçadas às estagiárias feitas pela escola. A análise das encomendas geravam demandas com seus desdobramentos problemáticos, expondo o emaranhado de forças contido nos pedidos endereçados aos estagiários, que eram examinadas de modo coletivo e colaborativo com estagiárias, supervisora a partir das conversas e observações do cotidiano escolar.

Deste modo, as análises perpassaram por atravessamentos e atividades intersubjetivas, que conforme Bleger (1984) identifica, supõem registros considerando as impressões de quem observa e registra, assim como suas inferências no campo observado. Sendo a psicologia uma ciência necessária para a compreensão do ser humano, e que se realiza através da escuta e da observação, o autor aponta que o máximo da objetividade da observação é alcançado quando se inclui a subjetividade, tendo em vista que o observador e o sujeito são variáveis de um campo que se relaciona. O modo de realização de estágio introduziu essa visão intersubjetiva permitindo que pensamentos e afetos fossem considerados como elementos

fundamentais de escuta e intervenção, sendo estas realizadas por meio de observação participante do cotidiano escolar, de reuniões com agentes escolares, análise do funcionamento institucional e intervenções individuais e/ou grupais.

Dentre as ações desenvolvidas destacamos o “Laboratório de Atividades Inventivas- LAB” voltado para alunos do 5º ano e construído em diálogo com professoras, cujo objetivo foi o de favorecer a compreensão das necessidades educacionais dos educantes a partir de uma perspectiva não medicalizante; oferecer instrumentos potencializadores de práticas educativas que considerem diferentes modos de aprender; produzir espaços inventivos para fortalecimento dos processos de leitura e escrita (contemplando diversos usos da linguagem); e possibilitar que os alunos se reconheçam como integrantes de uma comunidade de leitores e escritores.

O LAB funcionou com dois grupos de alunos, em dois turnos, sendo ofertado durante 4 semanas. Cada grupo contou com a participação de sete estagiários e a professora supervisora, atuando de forma conjunta e individual. Foram utilizadas técnicas de dinâmica de grupo para os momentos voltados para todos participantes e nos momentos singularizados, produção de narrativas por meio de contação e criação de histórias. Na atuação do projeto os alunos puderam ser ouvidos a respeito do que desejam aprender e dos modos como aprendem, em um espaço dinâmico e acolhedor. Também foi oferecido um espaço para suas “invenções” de forma que se sentissem à vontade para criar seus próprios modos de aprender, contemplando aprendizagens por meio da invenção de problemas que precisam ser solucionados (Kastrup, 2001).

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

A partir das visitas na escola, nas quais as estagiárias participavam do cotidiano escolar nas salas de aula, recreio, reuniões, horários de entrada e saída, nas conversas informais, percebeu-se o modo de funcionamento da instituição, em suas normas que regem o que é aceito ou não por cada grau hierárquico, como conduzem diversas estratégias de recompensas e punições, e também nos elementos da cultura organizacional.

A princípio as observações voltavam-se a respeito de aspectos a respeito do ambiente não oferecer muitos lugares arejados de convivência para os alunos, por isso a sala de aula é ocupada para estudar, comer e brincar; dos horários de lanche

e lazer são curtos, bem desproporcionais ao tempo de aula; das paredes serem extremamente brancas e sem adornos, bem diferentes do que se idealiza quando se pensa num espaço para crianças. Também chamava a atenção a quadra de esportes, único local de lazer, ser disfuncional, pois além de distante dos blocos de salas, não detinha utensílios (como bolas e atividades) e era considerada perigosa devido a “usuários de drogas” pularem com frequência o muro da escola e ficarem perto do espaço.

Porém nos momentos de supervisão discutimos a respeito de como as observações realizadas estavam atravessadas por julgamentos. Segundo Machado (2014) indignar-se e interpretar o outro como equivocado são direções diferentes. Aos poucos fomos construindo formulações que estranhavam os espaços da escola e/ou traziam discordâncias a respeito dos gestos das professoras. Deixávamos emergir indignações e tristezas, mas, sobretudo, problematizávamos a constituição histórica da arquitetura, dos gestos, assim como de nossos pensamentos. Entendemos, por fim, que concluir a análise de um acontecimento com julgamentos negativos em relação às instituições e aos gestos dos outros é “um pensamento reducionista que nos dá a ilusão de estarmos fora do campo de relações, como se não estivéssemos produzindo aquilo que analisamos, como se sempre houvesse algo anterior às relações” (Machado, 2014, p. 765).

Aos poucos a presença na escola, antes atravessada por aflições e perguntas, deu espaço para maior escuta e interação. Nos momentos em que estávamos em sala de aula auxiliávamos as professoras em diversas atividades, como por exemplo, na montagem de atividades de alfabetização e matemática, ao mesmo tempo em que ouvíamos sobre o lugar do lúdico na relação com a transmissão de conteúdos.

A principal demanda analisada referiu-se aos modos de subjetivação envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para o letramento e alfabetização, em função da suspensão do ensino presencial na pandemia. Acompanhamos no início do estágio a preparação das professoras para o retorno às aulas quando foi possível escutar o ânimo e a esperança das professoras em ter de volta o contato com os alunos, além da completa reforma na estrutura da instituição. Mas consequências dos desdobramentos de uma educação que se sustentou por mais de dois anos de maneira remota, também refletia na fala das educadoras. Essas preocupações permaneceram durante grande parte do primeiro semestre letivo e se

intensificaram para as professoras do 5º ano uma vez que suas turmas reuniam muitos desafios da formação do perfil do estudante egresso da escola, que sairia para o ingresso no Ensino Fundamental II.

Associados às demandas estiveram os aspectos relacionados às modificações no âmbito do trabalho, à crise econômica, os processos de luto coletivo, assim como com a ansiedade e impotência diante das perdas educacionais em função da suspensão do ensino presencial. Nesse sentido, Antunes (2007) aponta o compromisso da Psicologia Escolar e Educacional com a educação, por meio de uma prática que promova o ensino de forma rigorosa e democrática, de um diálogo na própria cultura da criança, considerando e respeitando a prática centrada no processo de ensino-aprendizagem. Tendo como finalidade propiciar o desenvolvimento pleno do educando, em todos os aspectos que o constitui como sujeito singular e, ao mesmo tempo, pertencente ao gênero humano.

O desenvolvimento de intervenções, como o Laboratório de Atividades Inventivas-LAB, ocorreu a partir de diálogos intra-institucionais e só foram possíveis de realização com êxito, porque eram formuladas pelo grupo de estágio em conjunto com a equipe diretiva e educadores da instituição.

Assim que a trajetória do Estágio Supervisionado propôs a reflexão sobre a atuação e função da Psicologia Escolar e Educacional, de forma a compreender o espaço que a psicologia ocupa no processo de ensino-aprendizado. Também as ferramentas teórico-metodológicas da Análise Institucional também se fizeram necessárias para que os profissionais atuassem diante das oportunidades de provocar os movimentos instituintes, sem que a Universidade, por meios da realiação de estágios supervisionado em Psicologia, ocupasse o lugar dos especialistas com seus saberes prontos.

Consideramos que os objetivos foram satisfatoriamente alcançados e atenderam às expectativas e demandas que a comunidade não apenas apresentou, mas também se dispôs a analisar em conjunto. O desenvolvimento da capacidade de trabalhar em equipe multiprofissional no estágio, entendendo os limites e as potencialidades da Psicologia em rede, deve ser ressaltado, além da imprevisibilidade e capacidade de trabalhar em meio às mudanças.

A Lei 13.935/ 2019, que assegura às redes de educação básica a existência do serviço de Psicologia e Assistência Social, configura-se como uma importante

aposta para os próximos anos na contribuição para a superação dos efeitos dos anos de pandemia não só do ponto de vista pedagógico, mas psicológico e social, porque a escola compõe a rede de apoio das crianças e famílias, no que diz respeito a alimentação, escuta, convívio social com os pares, encaminhamento a recursos e programas socioeconômicos.

Por fim, entende-se a importância e necessidade da constante indagação da função da Psicologia nos diferentes contextos, para que modelos prontos de como exercer a Psicologia não seja reproduzido sem as demais considerações e concluir-se que esta tem muito a contribuir no processo de escuta e circulação da palavra no contexto de retorno ao ensino presencial, fornecendo instrumentos para a construção de práticas educativas que contemplem diversidades nos modos de ensinar e de aprender ainda que em contextos adversos.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. *Cad. psicopedag.*, São Paulo , v. 6, n. 11, 2007 . Disponível em . acessos em 25 jun. 2022.
- Martinez, Albertina Mitjans Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional [online]*. 2009, v. 13, n. 1 [Acessado 29 Junho 2022] , pp. 169-177. Disponível em: . Epub 07 Out 2010. ISSN 2175- 3539. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572009000100020>.
- Bleger, J. *Psico-higiene e psicologia institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- Brasil. Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm). Acesso em: 25 de jun. de 2022
- Resolução Nº 5, de 15 de março de 2011. (2011). Brasília, DF: Ministério da Educação. Recuperado de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Ite](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Ite)

## EPISÓDIOS ANTIRRACISTAS COTIDIANOS: UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO ENTRE O ENSINO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Sibelle Ferreira Souza Couto (UFT)

[sibellescouto@mail.uft.edu.br](mailto:sibellescouto@mail.uft.edu.br)

Daniele Vasco Santos (UFT)

[vasco.daniele@mail.uft.edu.br](mailto:vasco.daniele@mail.uft.edu.br)

**Resumo:** Este trabalho objetiva apresentar uma experiência de intervenção realizada em prática de Estágio Supervisionado em Psicologia, desenvolvida no contexto do ensino remoto na pandemia da COVID-19, em articulação com ações de projeto de extensão universitária. A proposta de estágio foi conduzida através de rodas de conversa intituladas “Episódios antirracistas cotidianos”, com o objetivo de possibilitar a circulação da palavra em torno dos efeitos do racismo nos modos de subjetivação, tendo como participantes estudantes de um curso de graduação em Educação do Campo. Como fundamentação teórico-metodológica a proposta elegeu os pressupostos da Psicologia Escolar e Educacional, juntamente com as formulações acerca do racismo cotidiano, ancestralidade, memória e reparação de Grada Kilomba (2019). O trabalho realizado possibilitou através da circulação da palavra e de afetos, refletir sobre qual espaço a dor da população negra possui e a importância de se falar sobre essa ferida colonial para o fortalecimento na luta antirracista e foi transformado em episódio de podcast no Projeto de Extensão Rotatórias Psi, intitulado “Os longos dias de nossas vidas”, discutindo o tema das relações étnico-raciais no contexto do ensino superior. Conclui-se que a experiência desenvolvida de modo articulado entre ações de ensino e extensão contribui tanto no debate sobre as relações étnico-raciais no ensino superior e na sociedade em geral, quanto na formação em Psicologia como importante ferramenta para nortear a atuação de futuras/os psicólogas/os no enfrentamento do racismo e na promoção da igualdade racial.

**Palavras-Chave:** Episódios antirracistas; Psicologia Escolar e Educacional; Podcast; Práticas de Estágio; Extensão Universitária.

### INTRODUÇÃO

Este texto fundamenta-se nas experiências desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado em Psicologia, no ensino remoto, o qual se trata de uma etapa importante para a formação acadêmica-profissional. As práticas de estágio foram realizadas com estudantes do curso de Educação do Campo da UFT - Campus de Arraias, na disciplina: Artes visuais e música, através de rodas de conversas, tendo como base teórica para nortear nas discussões o livro “Memórias da Plantação” da Grada Kilomba, através de encontros onlines semanais, nas datas pré-estabelecidas,

no período de um mês.

Para Grada Kilomba (2019), o racismo cotidiano não se resume a um evento único ou discreto, mas atravessa a vida da pessoa negra como uma constelação de experiências que a expõe constantemente ao perigo. Assim, falar sobre racismo remete reconhecer que ele atravessa as esferas sociais e causa sofrimento físico e psicológico à população negra. Nesse sentido, podemos afirmar que uma pessoa nunca está preparada para assimilar o racismo assim como em qualquer outra experiência traumática.

A proposta versa os pressupostos da Psicologia Escolar e Educacional no que tange o comprometimento com uma educação democrática, que segundo Antunes (2008), tal concepção de educação remete ao compromisso com a concretização de políticas públicas de educação voltadas para os interesses das classes populares e marginalizadas historicamente.

## **MÉTODO**

A intervenção foi dividida em três encontros. No primeiro encontro intitulado “Dizendo o indizível”, foi utilizada uma boneca Abayomi, produzida com retalhos de tecidos apenas com nós e sem costuras, que possibilitou fazer a palavra circular e abrir a primeira ciranda de afetos. Nessa ciranda, a boneca ganha nome, cor e espaço social. O nome dela é Ana, ela é negra, mãe solo, filha, estudante, trabalhadora, casada, tem filhos, tem sonhos, luta muito, às vezes enfrenta muito cansaço e até sente vontade de desistir, mas ela continua... O que existe dentro da realidade da Ana que a obriga a lutar tanto para permanecer nos espaços acadêmicos?

Diante do que foi observado nesse primeiro encontro, as diversas Anas que encontramos, enquanto estudantes, enfrentam esse sistema nas universidades todos os dias, um sistema que não considera as especificidades e necessidades dessas mulheres, que são pressionadas a dar conta de tudo e acabam tendo sua educação negligenciada. Sendo assim, o estudo enquanto direito, não entra nas prioridades da Ana, pois antes dela conseguir estudar, ela tem que comer, e para comer, ter casa, água, luz, tem que trabalhar e ainda cuidar dos filhos. É aqui que aparecem os recortes de gênero e classe, para pensarmos as múltiplas facetas do racismo.

Por conseguinte, “Memória e ancestralidade” foi o tema do segundo encontro da intervenção de estágio. Como recurso metodológico foram apresentadas ao grupo

imagens que faziam referência à memória e ancestralidade da população negra, destacando também elementos presentes na ruralidade. Desse modo, essas memórias possibilitaram refletir sobre quais heranças são atribuídas à população negra no Brasil.

Pensar em memória e ancestralidade da população negra remete romper com o bruto movimento de apagamento da herança cultural étnica. Uma herança do povo negro, indígena e quilombola que está se perdendo e sendo silenciada. Onde a imagem desses povos é apresentada na sociedade de forma marginalizada, estereotipada e discriminada, esses comportamentos apresentam as consequências da colonização, da escravatura e sociedade patriarcal, assim como é apresentado por Grada Kilomba (2019) no seu livro “Memórias da Plantação”, no qual a mesma traz narrativas que retoma os aspectos do racismo a partir de histórias pessoais, individuais e coletivas.

Portanto, o terceiro e último encontro foi realizado com o tema “Reparação e transformação”, tendo como proposta metodológica a apresentação de quatro relatos de experiências reais envolvendo o racismo, com o intuito de fazer circular a palavra e assim promover um espaço de acolhimento, pertencimento e resistência. Foi nesse último encontro que circulou o dito: “Os longos dias de nossa vida”, quando um dos participantes revisitava um momento doloroso da sua história ao ser vítima de racismo, esse dito remete a fragmentos do passado no presente e a uma ferida colonial, que como pontua Kilomba (2019), continua aberta e por vezes sangra.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

O primeiro encontro possibilitou perceber que apesar das singularidades de cada estudante que se identificou com a história da Ana, há algo em comum entre elas, a cor da pele. Uma vez que o colonialismo ainda se faz ecoar nos dias atuais, dado que a população negra ainda sofre discriminação, violação de direitos e vulnerabilidade social em uma sociedade majoritariamente governada por pessoas brancas, que por causa da herança do colonialismo se entendem como o padrão.

Apesar de leis que foram implementadas com o objetivo de acabar com o racismo ou até mesmo buscar uma reparação histórica para a população negra, ainda há muito que se fazer, pois através de uma pequena observação das estruturas que compõem a sociedade, é possível perceber sem muita dificuldade quem mais ocupa



os lugares de destaque no país e quais os lugares destinados a população negra.

Dessa forma, Grada denuncia que mesmo com as diretrizes previstas pelo estado, ocorrem múltiplas intervenções impossibilitando a inserção e fluxo de pessoas negras nos diversos contextos da sociedade. Desse modo, essa movimentação é estruturada socialmente com o objetivo de negar a necessidade de mudanças nesses modelos estruturados. Tornando assim, uma roteirização das vidas negras, indígenas e quilombolas, um roteiro que limita, marginaliza e sacrifica essas culturas e etnias. Afinal, onde estão esses povos? E porque não se sai de onde está?

Portanto, quando essas estudantes se identificam com a Ana, elas dizem de suas histórias, de suas lutas, de como são atravessadas pelo racismo dentro e fora da universidade. E dizem também de um cansaço e uma luta constante para permanecer em um espaço que não considera sua singularidade, suas lutas e que por vezes lhe parece negado.

Já o segundo encontro evidenciou a necessidade do resgate e valorização dos saberes, contribuições e cultura da população negra no Brasil. Cultivando as relíquias presentes na ancestralidade e nos ensinamentos passados de geração em geração. Presente nas lembranças boas trazidas pelo grupo: “da infância da criança quilombola que brincava de ciranda com outras crianças, da trança de raiz que a avó ensinou para a mãe e que agora é feita na filha e do pai, irmão, avô que trabalhou na roça”. Contrastando com as lembranças de dor, exploração, revolta e luta que precisam ser lembradas, apostando na palavra/oralidade como instrumento potente na reparação do trauma colonial e no fortalecimento coletivo em prol da transformação da sociedade em um espaço mais justo e com equidade racial.

No terceiro encontro, foi possível perceber alguns aspectos do racismo nos relatos das/os participantes: em relação às mulheres, o racismo apareceu mais atrelado ao lugar que ela ocupa, à aparência ou até mesmo a aspectos da maternidade. Como por exemplo, situações de racismo relacionado ao cabelo, a ser mulher negra na universidade ou em relação às pessoas acharem que a mãe é babá porque é negra e a filha branca. Já em relação aos homens, o racismo se apresentou mais expressivamente através da marginalização e da violência policial. Através de abordagens violentas de homens negros e assim sempre marginalizando esses sujeitos.

Além de todos esses aspectos, o racismo ainda exhibe a prepotência da

branquitude em duvidar da capacidade das pessoas negras em ocuparem os espaços acadêmicos e intelectuais, o que marca a subjetividade dos sujeitos com o sentimento de inferioridade e culpabilização individual. Quando na verdade, como expressa Grada Kilomba, o racismo não é um problema pessoal, mas um problema branco estrutural e institucional que pessoas negras experienciam.

Por fim, esse escrito tem como finalidade apresentar a riqueza dos momentos que foram construídos entre as estagiárias do curso de psicologia e os estudantes do curso de educação do campo, possibilitando através da circulação da palavra e de afetos, refletir sobre qual espaço a dor da população negra possui e a importância de se falar sobre essa ferida colonial para o fortalecimento na luta antirracista.

Essa experiência foi transformada no episódio de podcast intitulado “Os longos dias de nossas vidas”, no projeto de extensão Rotatórias Psi, discutindo o tema das relações étnico-raciais no contexto do ensino superior e está disponível no Spotify. Tal projeto de extensão objetiva criar dispositivos de intervenção em Psicologia Escolar e Educacional no ensino básico e superior, contribuindo com criação de modos de superação de impasses educacionais na transição do ensino remoto para o ensino híbrido e/ou presencial, considerando os processos psicossociais e auxiliando na promoção do bem-estar de sujeitos, grupos e comunidades.

Conclui-se que a experiência desenvolvida de modo articulado entre ações de ensino e extensão contribui tanto no debate sobre as relações étnico-raciais no ensino superior e na sociedade em geral quanto na formação em psicologia como importante ferramenta para nortear a atuação de futuras/os psicólogas/os no enfrentamento do racismo e na promoção da igualdade racial. Além disso, possibilitou um investimento na qualificação visando a capacidade criativa e pensamento crítico, estabelecendo diálogo entre teoria e prática, fundamentado por pressupostos científicos condizentes com a realidade brasileira, trabalhando aspectos como a participação, cooperação, autonomia, iniciativa e reflexão sobre as relações raciais.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, 12, 469-475.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.

**EIXO 3:**  
**ASSISTÊNCIA SOCIAL**

## TRABALHO COM FAMÍLIAS E NO TERRITÓRIO: experiências de estágio em psicologia

Adriana Luzimar da Silva Leite

[adriana.leite@mail.uft.edu.br](mailto:adriana.leite@mail.uft.edu.br)

Eryka Maria Bispo Ramalho

[eryka.ramalho@mail.uft.edu.br](mailto:eryka.ramalho@mail.uft.edu.br)

Julia Ruffo Aires de Sena

[ruffo.julia@mail.uft.edu.br](mailto:ruffo.julia@mail.uft.edu.br)

Lara Caroline Rodrigues Leite

[lara.leite@mail.uft.edu.br](mailto:lara.leite@mail.uft.edu.br)

Juliana Biazze Feitosa

[Juliana.biazze@mail.uft.edu.br](mailto:Juliana.biazze@mail.uft.edu.br)

**Resumo:** Neste trabalho é relatado a experiência de estágio do Núcleo Comum II em Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) no campo Associação Aliança para um Futuro Melhor (ALIAR). Participaram dessa experiência famílias atendidas pela ALIAR, bem como crianças e adolescentes de uma comunidade atravessada pela vulnerabilidade social em Miracema do Tocantins. As estratégias metodológicas utilizadas foram a busca ativa na comunidade, acolhimento e técnicas grupais. Esse trabalho possibilitou a experiência prática de Psicologia Comunitária, rompendo com os padrões individualizantes e potencializando as habilidades que os grupos possuem. As intervenções na comunidade são de suma importância para fortalecer as políticas sociais. É preciso estar presente territórios e não apenas nas sedes dos serviços públicos, para que a Psicologia enquanto ciência e profissão conheça de forma integral as realidades brasileiras para intervir frente a contextos vulnerabilizados.

**Palavras-chave:** Psicologia Social e Comunitária; Crianças e Adolescentes; Mães; Vulnerabilidade social; Garantia de direitos.

### INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se ao estágio supervisionado de Núcleo Comum II do curso de psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) campus de Miracema, realizado no campo Associação Aliança para um Futuro Melhor (ALIAR), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Biazze. Desse modo, fora disposto com a participação de dois públicos específicos: as famílias que são atendidas pela ALIAR e crianças e adolescentes de uma comunidade perpassada pela vulnerabilidade social. Este relatório tem como objetivo relatar a consolidação da experiência da Psicologia em encontro com os territórios vulnerabilizados.

Nesse sentido, a atuação com crianças e adolescentes objetivou assegurar direitos fundamentais dentro do alcance das estagiárias, prevenir violências e potencializar a participação social infantojuvenil, além de proporcionar lazer através de brincadeiras e contação de histórias. Já com as famílias, por meio da educação popular, foi proporcionado um lugar de escuta e de fala sobre variados temas, fortalecendo a luta pelos direitos sociais, controle e participação social. Nesse sentido, as estratégias utilizadas com as crianças foram a busca ativa na comunidade, a interação nos espaços comunitários, a prevenção da violência através do lúdico, contação de história e atividades de lazer e cultura. Com as famílias, a metodologia se voltou para rodas de conversa, técnicas grupais, café informativo, e atividades que buscassem a interação e o vínculo grupal. Assim, pôde-se pensar em uma prática que visa além do acolhimento, o lazer e protagonismo social desses sujeitos na sociedade.

De acordo com Santos et al. (2018), é por meio da inserção nas realidades vulnerabilizadas e da dinâmica de funcionamento do território que podemos observar, questionar e analisar as condições dignas de vida, a infraestrutura do bairro e como isso os afeta. A partir disso, percebe-se que com o contato semanal com a comunidade, foi possível identificar as fragilidades, as potencialidades e como os sujeitos se organizam no âmbito social e cultural, além de que, ao considerar a historicidade e dinâmica relacional das famílias e das crianças e adolescentes, foi possível compreender o modo no qual os indivíduos se estabelecem em seu meio social.

Dessa maneira, a experiência do estágio na organização não governamental proporcionou um espaço de prática profissional, discernimento, da aplicação e consolidação dos conhecimentos teóricos, vinculados aos encontros grupais, supervisões e planejamento semanal com os sujeitos e com as supervisoras. Dentro deste contexto, foi possível perceber que na Psicologia Social e Comunitária, não se trabalha somente com o indivíduo, mas com todo o contexto que o implica, este podendo ser crucial nos reflexos das suas ações e perspectivas de vida.

## **MÉTODO**

As atividades foram realizadas ao longo de vinte encontros, sendo estes, dez com as famílias na sede da ALIAR às quartas-feiras às 14h da tarde, e outros dez

com as crianças no território às quintas-feiras às 08h da manhã, onde as estagiárias com a supervisão da professora Juliana Biazze realizavam, com o primeiro grupo supracitado rodas de conversas e exposição de materiais midiáticos sobre vários temas sociais, e rodas de conversas, produção de cartazes, brincadeiras e leitura de materiais lúdicos com o segundo grupo citado.

Ao longo do semestre foram debatidos temas, tais como:

- Relações familiares;
- Discussões sobre gênero;
- Enfrentamento à violência contra mulher;
- Direitos Sociais;
- Saúde mental e saúde integral;
- Desenvolvimento humano: infância e adolescência;
- Direito de Crianças e Adolescentes: o brincar e o lazer;
- Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente;
- Adolescência e projeto de vida;
- Violências: sexual, verbal e física.

Alguns dos temas expostos foram sugeridos pelos participantes dos grupos. Também, fora realizada busca ativa na comunidade, visto que, ainda não existia o vínculo com esta, e era necessário avisá-los sobre onde seria, o horário e qual o objetivo com tais atividades. De acordo com Fernandes e Hellmans (2016), o intuito da busca ativa é identificar, mapear os contextos de risco e vulnerabilidade social. Ademais, esse mecanismo foi utilizado com o intuito de alcançar mais crianças e adolescentes. Além disso, foi realizada oficina de origami, doação de brinquedos, e visita a Universidade Federal do Tocantins, como forma de aproximar a comunidade miracemense da universidade, produção de cartazes, comemoração ao São João, participação em blitz junto com os funcionários da ALIAR e participação em palestras realizadas pela própria instituição.

O método de análise do presente trabalho se deu a partir de uma visão crítica, utilizando o arcabouço teórico da psicologia social comunitária e da legislação brasileira vigente.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Esse estágio possibilitou vivenciar como a Psicologia pode atuar em contextos marcados pela condição de vulnerabilidade socioeconômica na cidade de Miracema do Tocantins, rompendo com os padrões individualizantes ainda presentes na psicologia enquanto ciência, e criar metodologias de trabalho. Observou-se que as estratégias de atuação em comunidade na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, são de suma importância para a garantia de direitos dos sujeitos, assim como, as intervenções na comunidade são de suma importância para fortalecer as políticas públicas.

Em qualquer área que se trabalhe, há uma maioria da população sempre presente, mas distante dos benefícios sociais dispostos na Constituição Federal. O que mais incomoda e provoca a indignação é que cada vez menos pessoas detêm o poder, sobretudo econômico e, este, cada vez mais determina o grau de humanidade que alguém pode alcançar. Desta forma, deixam de existir os direitos de uma vida mais digna, ou seja, ficam à margem do sistema crianças, famílias e comunidades inteiras em uma dinâmica de desigualdade social sem precedentes. (Guzzo & Junior, 2007, p. 232).

Por isso, é importante estar presente nos territórios e não apenas nas sedes dos serviços públicos, para que se conheça de forma integral as realidades das populações estratificadas para poder intervir frente a contextos vulnerabilizados. O objetivo principal atingido foi a conscientização da população referentes ao seu contexto sócio-histórico e os direitos e benefícios sociais que são de garantia do público-alvo, o que pretende-se continuar com o processo de informatização com a continuação do estágio para outros colegas que vierem por adiante.

Acredita-se que, devidamente por ter nascido nesse contexto em favor das elites e se atuar em uma sociedade permanentemente capitalista, o modo de funcionamento da sociedade atual estratifica as populações e distribuem-se desigualmente sejam em direitos, economicamente ou socialmente, os serviços públicos são organizados de forma que ofertam em partes as resoluções desse problema estruturalmente social, a questão social, “é um conjunto de problemas postos pela emergência da classe trabalhadora, a partir da instauração do modo de produção capitalista. Ou seja, a questão social é tudo aquilo que advém com a pobreza pós-capitalismo” (Fernandes, 2016, p. 62). É um desafio para o psicólogo

comunitário trazer a abertura a essa população explorada, a retomar seu caráter ativo e construtor de sua própria história.

Devidamente por esse modo de funcionamento não permitir a inserção dessas pessoas no funcionamento social e sempre deixá-las à margem da sociedade. Estar em compromisso com essas populações é estar em enfrentamento com o funcionamento atual neoliberal e diretamente com as classes que produzem isso, ou seja, as elites, logo as atividades elaboradas para os encontros se pautam numa “psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos”. (CFP/CREPOP, 2007 p. 22), isso partindo do ponto de vista de potencializar o poder de transformação residente na população.

Assim, nas variadas intervenções realizadas, foi de suma importância o exercício da escuta e da fala como instrumentos de intervenção, no qual, nestes momentos foi possível dar voz e vez a uma comunidade que muitas vezes é esquecida ou silenciada pela maioria psicológica. Diante disso, durante a execução das atividades foi proposto abordá-las de modo reflexivo, de tal forma que fizessem as participantes da intervenção se identificarem, o que proporcionou uma participação ativa destas pessoas.

A população assistida pela ALIAR e o setor escolhido para a intervenção realizada no campo são marcados pela vulnerabilidade, como já foi explicitado. Posto isso, buscou-se incentivar o protagonismo social, por meio de debates acerca de temas sociais relevantes para a comunidade, deste modo, tendo em vista que a necessidade de potencializar um grupo é também informar, isso faz parte do compromisso social como é abordado por Bock (2002), que traz uma perspectiva para o psicólogo de que os sujeitos possuem potencial de transformação e o saber é horizontal, em vista que, a classe trabalhadora reconhecendo seus direitos, podem reivindicar por eles, pois no ciclo da desigualdade social, a desinformação, o conhecimento limitado faz parte do controle e manutenção da exploração sobre o trabalhador. Além disso, buscou-se também assegurar direitos de crianças e adolescentes postulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1991), proporcionando a eles momentos de lazer por meio de brincadeiras, leituras e contações de histórias.



Como aponta Bock (2002) as transformações teóricas, metodológicas mudam seu trajeto prático, sendo sempre uma busca do psicólogo comunitário, sobressair aos novos tipos de problemas criados por essa mutabilidade constante, característica marcante do capitalismo em nossa sociedade. Portanto, o trabalho seja teórico ou prático do psicólogo social comunitário torna-se importante desde a comunidade acadêmica até as que estão à margem da sociedade, suas teorias contribuem no entendimento social atual para a psicologia no geral e, outras profissões, pois seu trabalho nunca é desligado da multidisciplinaridade, justamente por estudar e intervir em relações humanas que é o que constitui socialmente e individualmente os sujeitos.

## REFERÊNCIAS

- Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.
- Bock, A. M. B. et al. *Psicologia e o Compromisso Social*, 2. ed. 2002, São Paulo, SP: Editora Cortez. 4 reimpressão. 2009. 9-55 p.
- Conselho Federal De Psicologia (CFP). (2007) Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas-CREPOP. *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília, 20- 24p.
- Fernandes, R. M. C., & Hellmann, A. G. (2016). *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil*. 62 p.
- Guzzo, Raquel S. L., & Lacerda Jr., Fernando. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Interamerican Journal of Psychology*, 41(2), 231-240. Recuperado em 28 de agosto de 2022, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-96902007000200014&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000200014&lng=pt&tlng=pt).
- Santos, J. O. et al. Territorialização em saúde: movimentos de desconcertância, descoberta e alegria de um território vivo. In: *13º Congresso Internacional Rede Unida*, Porto Alegre, 2018. *Anais...* Porto Alegre, 2018.

## A PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL: relato de estágio supervisionado no CRAS em Miracema/TO

Amanda Gomes Rocha (UFT)

[amandagomes@uft.edu.br](mailto:amandagomes@uft.edu.br)

Darlene Ferreira dos Santos (UFT)

[darlene.santos@uft.edu.br](mailto:darlene.santos@uft.edu.br)

Ana Cristina Serafim da Silva (UFT)

[anacris\\_serafim@uft.edu.br](mailto:anacris_serafim@uft.edu.br)

**Resumo:** O presente trabalho constitui-se um relato de experiência de estágio supervisionado do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins, realizado entre março e junho de 2022, no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, em especial, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Miracema do Tocantins. Tem por objetivo relatar as práticas e vivências com base na experiência de estágio supervisionado, bem como contribuir com o debate acerca da atuação da(s)/dos psicóloga(s)/psicólogo(s) na Assistência Social. A prática de estágio teve como foco o enfrentamento ao trabalho infantil, entretanto, também abordou-se temas como regras de convivência, fortalecimento de vínculos, projeto de vida, exploração sexual, dentre outros. Para tanto, realizou-se diversas intervenções como dinâmicas, oficinas, rodas de conversa e exibição de filmes, que tiveram uma finalidade preventiva, informativa e educativa. Diante do caminho percorrido compreende-se que a experiência foi enriquecedora para a formação das estagiárias, que puderam refletir sobre as possibilidades e limites de suas futuras práticas profissionais, proporcionando, ao mesmo tempo, às/aos usuárias/os do SCFV, oportunidade de refletirem sobre temas de suas realidades.

**Palavras-chave:** Estágio supervisionado; Psicologia; Trabalho Infantil; Assistência Social; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

### INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é o momento em que ocorre o encontro entre a teoria e a prática, dessa forma, oportuniza-se às/aos futuras/futuros profissionais, experiências em situações concretas que permitam a construção de novas ações, na busca do conhecimento. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo relatar as práticas e vivências com base na experiência de estágio supervisionado, bem como contribuir com o debate acerca da atuação da(s)/dos psicóloga(s)/psicólogo(s) na Assistência Social.

O estágio foi realizado no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do município de Miracema do Tocantins – TO, especificamente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o qual é referenciado ao CRAS, e teve como foco o enfrentamento ao trabalho infantil.

Segundo Alberto, Silva e Santos (2021) trabalho infantil é compreendido como a atividade desempenhada por crianças e adolescentes em troca de pagamento, realizado tanto no seio familiar quanto para terceiros, que envolve também atividades de trabalho consideradas ilegais, tais como tráfico de drogas, exploração sexual, dentre outras. (Alberto & Santos *apud* Alberto, Silva & Santos, 2021).

De acordo com Alberto e Yamamoto (2017), no Brasil, diversas políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil, foram sendo implantadas e modificadas ao longo dos anos, dentre elas, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, que a partir de 2005, foi integrado ao Sistema Único de Saúde - SUAS. Nessa perspectiva, em 2013, as ações e metodologias desse programa foram incorporadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que faz parte do CRAS (Alberto & Yamamoto, 2017).

Deste modo, é importante salientar que o CRAS funciona como principal porta de entrada das/os usuárias/os no Sistema Único de Assistência Social, sendo oferecidos serviços como benefícios, programas e projetos às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social (Crepop, 2008). Tendo por objetivo o desenvolvimento local, com ações que potencializam o território de modo geral, com o foco de sua atuação na prevenção e promoção da vida, priorizando as potencialidades das/dos usuárias/os.

Esse equipamento da Assistência Social, encontra-se dentro da Proteção Social Básica, que juntamente com a Proteção Social Especial, constituem-se as formas de intervenção do Sistema Único da Assistência Social, (SUAS).

A Proteção Social Básica (PSB) visa prevenir situações de risco pessoal ou social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Essa modalidade de proteção é destinada às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, precário/nulo acesso aos serviços públicos etc.) e/ou fragilização de vínculos afetivos (relacionais ou de pertencimento social, tais como discriminações etárias, de gênero, étnicas, por deficiência etc.) (Cordeiro, Thomaz & Carvalho, 2018, p .71).

Por conseguinte, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos faz parte da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Resolução CNAS nº 109/2009, possuindo um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais e o estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários (Brasil, 2017).

Com isso, a configuração atual da Assistência Social “suscita desafios para a formulação de metodologias de trabalho socioassistencial que forneçam subsídios para a atuação em equipes multidisciplinares” (Oliveira, Nascimento, Araújo & Paiva, 2014, p.35). E é nesse contexto que a/o profissional de psicologia se insere, num compromisso com a autonomia dos sujeitos, levando em conta suas subjetividades e acreditando no potencial dessas famílias e/ou usuários com vistas à romper com os processos de exclusão, marginalização assistencialismo e tutela (Crepop, 2008).

Ora, a psicologia se inseriu no contexto da assistência social com intuito de promover a transformação social. Para Trindade e Teixeira (1998) a inserção do psicólogo na atenção primária, como é o caso dos CRAS, é um importante ponto de partida para o desenvolvimento das comunidades, pois é através do bem-estar dos sujeitos e dos grupos sociais que se pode construir a autonomia destes, proporcionando sua inserção na sociedade de forma digna, promovendo seu protagonismo no espaço que ocupa e na construção do saber.

## **MÉTODO**

Por se tratar de um relato de experiência optou-se por empregar a metodologia descritiva. São características de uma pesquisa descritiva observar, registrar, analisar e descrever fatos ou fenômenos (Bruchêz et al., 2018).

Deste modo, o presente trabalho constitui-se um registro teórico-prático, descritivo e qualitativo, referente à experiência de Estágio Específico de Psicologia no campo da Assistência Social, realizado no CRAS de Miracema do Tocantins, mais especificamente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em que foram realizadas intervenções tanto com o grupo de crianças e adolescentes, com aproximadamente 30 participantes, quanto com o grupo de idosos, que tem por volta de 60 usuários, entre os meses de março e junho de 2022.

Utilizaram-se os princípios da Psicologia Comunitária que forneceram a base teórica e metodológica para esta experiência no campo da Assistência Social. Pois, cada comunidade possui diversos lugares e modos singulares, que quando desenvolvidos promovem autonomia e emancipação para o sujeito desse grupo (Sarriera, Freitas & Scarparo, 2003, p.169-181).

Assim, as principais atividades desenvolvidas foram: oficinas, dinâmicas, rodas de conversa e exibição de filmes, que trataram tanto a temática do trabalho infantil, quanto regras de convivência, fortalecimento de vínculos, projeto de vida, exploração sexual, dentre outros, descritas brevemente na tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro de atividades realizadas

Semana	Atividades realizadas
Semana 1	Observações; conversas com a equipe do SCFV, dinâmicas e oficinas de jogos cooperativos e de integração entre a equipe e os usuários.
Semana 2	Oficinas e atividades em que se propuseram desenvolver coletivamente regras para o funcionamento grupal.
Semana 3	Dinâmicas sobre o ECA e rodas de conversa sobre o enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.
Semana 4	Oficinas sobre projeto de vida (mural dos sonhos)
Semana 5	Exibição de vídeos e roda de conversa sobre o trabalho infantil.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Realizar uma experiência de estágio na Assistência Social, abordando dentre outras temáticas o trabalho infantil, foi muito desafiador. Somado a isso, questões como incertezas e rotatividade da equipe do SCFV, a volta parcial dos serviços dentro do contexto da pandemia da Covid-19 e outros tantos atravessamentos, tornou a experiência ainda mais provocadora. Contudo, foi bastante enriquecedor para nossa formação, uma vez que, pode-se ver de perto os desafios que perpassam a prática da/o profissional de Psicologia nesse contexto.

Ora, a/o psicóloga/o na consolidação de suas práticas na Assistência Social na Proteção Básica, em especial no âmbito do CRAS, enfrenta grandes desafios, principalmente no que se refere à sua atuação e na efetivação das políticas sociais de direitos e deveres estabelecidos para que os cidadãos possam alcançar sua independência social. Sobretudo quando se leva em consideração falta de recursos e de suporte organizacional do serviço, falta de equipe consolidada e capacitada, desarticulação da rede socioassistencial e conhecimento reduzido dos usuários e funcionários quanto ao SUAS (Ribeiro apud Macêdo et.al, 2015).

Outro desafio, foi o de planejar intervenções com grupos de idades distintas, em razão de, muitas vezes, o que se propõe para um grupo tem que ser repensado para o outro, com isso, o planejamento vai se construindo ao longo da prática, nunca pode ser algo pronto e acabado. Pois, o que vai diferenciar o trabalho da/o psicóloga/o nos equipamentos da Assistência Social é a forma como esta/e vai se inserir nesse contexto, sua formação, sua clareza sobre o papel a ser exercido, e até mesmo, sobre a própria Psicologia. O que diferencia é o olhar desse profissional, olhar sobre a subjetividade, a individualidade de cada um. A esse respeito Curado argumenta que:

O(a) psicólogo(a) em seu exercício profissional pode democratizar as possibilidades de escolhas de toda e qualquer ação - ao preencher um formulário, ao argumentar com as decisões baseadas nos sistemas informatizados, ao questionar a necessidade da burocratização, ao refletir criticamente sobre as implicações das definições de pobreza assumidas pelas políticas públicas, dentre outros. (Curado, 2018, p. 56)

Ou seja, ao profissional de psicologia torna-se fundamental compreender as expressões de subjetividades de indivíduos e famílias diante de suas vivências cotidianas fruto da desigualdade social e demais manifestações geradas pela frágil ou mesmo ausência de acesso aos bens públicos materiais produzidos na sociedade (dentre elas, o trabalho infantil). Nesse sentido, as ações da psicologia devem ser pautadas nas necessidades e experiências dos usuários, com vistas à compreender o processo histórico em que se constituem, de forma a ressignificar o papel dos sujeitos na direção da autonomia e participação nos processos políticos e na resolução das dificuldades vivenciadas (Macêdo et. al, 2015).

Com isso, as psicólogas/os no CRAS devem promover e fortalecer vínculos sócio-afetivos, de forma que as atividades promovam a autonomia na perspectiva da cidadania. Pois,

É nesse cenário que os psicólogos ganham espaço de inserção na Assistência Social como um profissional cuja imagem é de uma competência potencial para solucionar questões referentes a subjetividade, a coletividade e ao universo particular dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social ou cujos direitos foram violados. (Oliveira, Nascimento, Araújo & Paiva, 2016, p. 35)

Assim, a experiência vivenciada demonstra que a psicologia está desenvolvendo estratégias e ações para firmar o compromisso social, diante de todas as possibilidades de atuação, se desvincilhando do modelo individualista anteriormente existente. Contudo, mesmo diante de tamanha evolução de uma prática social voltada às comunidades, ainda é possível visualizar um longo caminho pela frente. Ao passo que o processo de estagiar no CRAS, abriu o olhar a novas perspectivas de uma atuação e prática tão recente no contexto social ao qual nos encontramos.

## REFERÊNCIAS

- Alberto, Maria de Fatima Pereira e Yamamoto, Oswaldo Hajime. (2017). Quando a Educação Não é Solução: Política de Enfrentamento ao Trabalho Infantil. *Trends in Psychology* [online], 25 (4)1677-1691.
- Brasil. (2017). *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: perguntas frequentes*. SENAS.
- Alberto, M. F. P.; Silva, A. C. S.; Santos, D. P. (Org.). (2021). “*Continuam trabalhando*”: trabalho infantil, contextos e políticas de enfrentamento. CRV.
- Bbruchêz, Adriane et al. (2018). Metodologia de pesquisa de dissertações sobre inovação: análise bibliométrica. *Desafio Online*, 6 (1), 141-159.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). (2008). *Referências técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS*. CFP.
- Cordeiro, M. P.; Thomaz, J e Carvalho, S. (2018). Proteção Social Especial: apresentação da Política e a efetivação do trabalho em um Serviço de República Jovem. In: Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas; Svartman, Bernardo; Souza, Laura Vilela. *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. USP, 190-210.

- Curado, Jacy Corrêa. (2018). Psicologia e pobreza: um problema a ser enfrentado! In: Cordeiro, Mariana P.; Svartman, Bernardo; Souza, Laura Vilela. *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. USP, 45-62.
- Macêdo, Orlando Júnior Viana et al. (2015) .Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online], 35 (3), 809-823.
- Oliveira, N.; Nascimento, M.; Araújo, R.; Paiva, I. (2016). Relato de experiência: a atuação do psicólogo no CRAS e sua contribuição para o fortalecimento dos direitos sociais. *Psicologia em Revista*, 22 (1), 31-45. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682016000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000100004).
- Sarrieira, Jorge C.; Freitas Maria de Fátima Quintal de; Scarparo, Helena. (2003). *Para onde Caminha a Psicologia (Social) Comunitária no Brasil? Um balanço a partir dos frutos da sua trajetória*. Casa Do Psicólogo.
- Trindade, I. & Teixeira J. A. C. (1998). Intervenção psicológica em centros de saúde: o psicólogo nos cuidados de saúde primários. *Análise Psicológica*, 2 (16), 217-229. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-82311998000200001](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82311998000200001).